



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1056A/15	DATA: 02/07/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h17min	TÉRMINO: 19h37min	PÁGINAS: 80

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Delegado de Polícia Federal.  
AURO GORENTZVAIG - Ex-Conselheiro e Acionista da Petroquímica Triunfo.

SUMÁRIO

Abertura de audiência pública, transformada em reunião reservada, de acordo com o art. 48, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para tomada de depoimento com informações sigilosas. Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

A reunião não se iniciou formalmente.  
Há orador não identificado em breve intervenção.  
Houve tumulto no plenário.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
As reuniões nºs 1056/15 e 1077/15 foram inseridas na reunião nº 1056A/15.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil, à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos, a superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda e a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África, a CPI - PETROBRAS.

Informo que foram distribuídas cópias da ata da 31ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de leitura.

O Deputado Bruno Covas solicita a dispensa da leitura da ata.

Coloco em votação a proposta do Deputado Bruno Covas. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura da ata. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Com a dispensa da leitura e da discussão, aprovada a ata, passo ao expediente: ofício do gabinete do Deputado Silas Câmara encaminhando licença médica, justificando a ausência entre os dias 30 de junho a 10 de julho; ofício do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, reportando-se à audiência pública realizada em 16 de abril de 2015, encaminhando esclarecimentos complementares sobre aspectos relacionados à atuação, governança, transparência e operações de financiamento do BNDES, bem como sobre questões específicas que lhe foram apresentadas na oportunidade; ofício do Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, informando deferimento em parte de medida liminar no *Habeas Corpus* 129140, impetrado em favor da convocada pela CPI Sra. Stael Fernanda Janene, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS conceda à paciente o tratamento próprio da condição de acusada ou investigada, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem como para que a dispense de eventuais perguntas que impliquem autoincriminação. Ainda para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas



de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do direito de não produzir provas contra si própria, deve ser assegurado à paciente o direito de ser assistida por seus advogados e de com esses comunicar-se pessoalmente e reservadamente durante o depoimento perante a referida CPI. A decisão ressalva que quanto aos fatos que não impliquem autoincriminação persiste a obrigação de a depoente prestar informações.

Sobre os requerimentos apresentados individualmente pelos advogados Carla Vanessa de Domenico, Alexandre Lopes e Tracy Joseph Reinaldet em favor dos seus clientes — respectivamente, Fernando Francisco Brochado Heller, Renato de Souza Duque e Alberto Youssef —, que solicitam dispensa de comparecimento às audiências designadas, esta Presidência, a par de compreender as razões apresentadas nas petições, considera imprescindível a realização da tomada de depoimento e das acareações, dado terem sido os requerimentos de convocação aprovados pelo Plenário da CPI, fato que induz à compreensão da necessidade de realização dos atos processuais.

Ademais, já houve manifestação desta Presidência nesse sentido, conforme se pode observar na decisão a seguir, proferida na reunião desta CPI do dia 7 de maio de 2015: *“Sobre o assunto, decido dessa forma com base no entendimento já firmado pela Comissão. Informo a V.Exa. que os pedidos foram indeferidos, devendo os depoentes convocados comparecer ao local das audiências nos dias e horas designados”*.

Ordem do Dia: a presente reunião destina-se à audiência pública com as presenças dos Srs. José Alberto de Freitas legas, Delegado de Polícia Federal, conforme o Requerimento nº 776/15, do Deputado Aluisio Mendes; Sr. Dalmey Fernando Werlang, agente de Polícia Federal, conforme os Requerimentos nºs 777/15, do Deputado Aluisio Mendes, e 819/15, do Deputado Celso Pansera; e, por fim, o Sr. Auro Gorentzvaig, ex-conselheiro e acionista da petroquímica Triunfo, conforme o Requerimento nº 106/15, da Deputada Eliziane Gama, e do Deputado Moses Rodrigues. Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que os depoentes serão ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando o compromisso de ouvir a verdade sobre o que souberem e lhe for perguntado, sob as penas da lei.



Convido o Sr. José Alberto de Freitas legas para tomar assento à mesa.  
(*Pausa prolongada.*)

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto dos arts. 203 a 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda de que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidirem sobre si as penas cominadas ao crime de falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

**O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Concedo a palavra ao Sr. Delegado da Polícia Federal José Alberto de Freitas legas para as apresentações iniciais, pelo tempo de até 10 minutos.

Tem a palavra o Delegado José Alberto de Freitas legas.

**O SR. ALBERTO DE FREITAS IEGAS** - Bom dia, Relator, nobres Deputados, 1º Vice-Presidente. Em razão até do cargo que eu ocupava na Polícia Federal como Diretor de Inteligência e do assunto a ser tratado aqui, eu solicitaria aos senhores que eu fosse ouvido, até no sentido de preservar o depoimento, em uma sessão fechada, para que eu pudesse expor melhor, ao fazer as observações, e até para não me ser atribuída qualquer quebra de sigilo, em razão do assunto a ser tratado aqui nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Gostaria de ouvir o comentário do Relator Luiz Sérgio

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, até o momento esta Comissão não teve nenhuma reunião fechada. O tema é muito relevante, e muito importante para esta CPI. O Delegado José Alberto tem suas razões profissionais, de ética em relação ao trabalho, no sentido de que as informações que trará a esta CPI são informações sigilosas, e ele não pode parecer amanhã como a pessoa que tornou públicas essas informações. E como o objetivo da CPI é também aprofundar as investigações, embora eu reconheça que a imprensa gosta de cumprir a sua função de cobertura, como Relator, sendo essa a condição que ele coloca, eu opto



por acatar fazer a reunião fechada, para que nós possamos obter as informações relevantes que ele vai prestar a esta CPI.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu até vou acatar também o pedido, na linha do Deputado Luiz Sérgio, até porque o Delegado legas estaria quebrando uma regra. O inquérito ainda está sob sigilo. Então, se ele se propõe a falar sobre esse inquérito e não o fizer numa audiência reservada, ele estará até passível de responsabilização penal. Então, eu também concordo com que seja feita em caráter reservado esta nossa audiência.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - A bancada do PT encaminha da mesma maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, tendo ouvido a sugestão do Relator Luiz Sérgio e também as considerações levantadas pelo Deputado Aluisio Mendes, nós vamos submeter à apreciação do Plenário o seguinte: reza o Regimento, art. 48, que *“as reuniões das Comissões serão sempre públicas, salvo deliberações em contrário”*, e nesse caso, § 1º, *“serão reservadas, a juízo da Comissão, as reuniões em que haja matéria que deva ser debatida com a presença apenas dos funcionários em serviço da Comissão e técnicos ou autoridades que esta convidar”*. Essa é uma decisão do Plenário. Então, eu submeto ao Plenário essa proposta de transformar esta sessão em reservada.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, em nome dos Democratas, nós queremos apoiar essa decisão. Compreendendo toda a circunstância que envolve a manifestação do Delegado legas, o Democratas é a favor, Sr. Presidente, de que a reunião seja secreta, inclusive.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Sim, Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - ...o PMDB também encaminha nesse sentido, pela importância. O próximo depoimento inclusive é um requerimento meu, e eu acho que vai no mesmo sentido. Se essa for a condição para ouvi-los, o PMDB concorda.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - O PT também concorda. O PT concorda com o encaminhamento.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O PSDB também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O PT também concorda?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - O PSD também, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - O PT também concorda. Nós queremos ouvir e fazer todas as perguntas pertinentes ao Delegado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O PR também concorda, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - O PSD está de acordo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, vejo que já há praticamente um consenso no Plenário.

Pois não, Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, quero apenas deixar aqui a ressalva de que, dependendo do andamento da reunião secreta, se a gente achar que não há necessidade, por bem, a gente possa fazer o retorno à reunião aberta, se a gente achar que não há nenhum motivo, nas respostas dadas pelo depoente, de manter a reunião secreta. Eu queria deixar aqui essa ressalva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Reservada, reunião reservada.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Desculpe, reservada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos ouvir o Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Presidente, a reunião será secreta ou reservada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Reservada, para ouvirmos o delegado, na medida em que haja aprovação em seguida pelo Plenário.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, pela ordem...

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Mas não foi isso que o delegado propôs.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não, ele usou a palavra “fechada”, mas na verdade nós estamos fazendo a proposta de que a reunião seja reservada, e há o acolhimento inicial aqui por parte dos membros da Comissão.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, só para esclarecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra o Deputado Prascidelli, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Só para esclarecer, porque, evidentemente, há diferenças significativas entre fechada e secreta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Reservada.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - ...reservada e secreta, isso significa, segundo a compreensão de V.Exa., que das notas taquigráficas etc. constará o depoimento, constarão as informações etc., é isso? Tudo será registrado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito. Tudo será registrado taquigraficamente, tudo tranquilo, e naturalmente em caráter reservado, ficando sob sigilo a informação.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu fico extremamente preocupado, Sr. Presidente, com esse depoimento, mesmo reservado, do Dr. José Alberto de Freitas, porque, uma vez que no País o Ministro da Justiça está sendo pressionado por levar altas autoridades à cadeia, por estar ocorrendo uma investigação tão independente — e hoje está na capa dos jornais que provavelmente o Ministro José Eduardo Cardozo vai pedir demissão, porque está sentindo-se pressionado, porque ele está mantendo a Polícia Federal tão independente —, se o Ministro da Justiça está sendo pressionado pelo Governo Federal para não manter as investigações de forma assim independente, eu fico preocupado com o Dr. José Alberto. Realmente há uma preocupação, não é? Então,



até numa reunião reservada, eu não sei se ele vai poder falar de tudo que está no centro das investigações.

E gostaria de fazer um último apelo, Sr. Presidente, não tomando muito o seu tempo, ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio, ao PT, à Presidente Dilma, ao ex-Presidente Lula: não abandonem, como eles estão abandonando lá, em outros presídios lá de Curitiba, o nosso ex-Deputado André Vargas — só um minutinho, Sr. Presidente, deixe-me terminar o meu raciocínio! —, Duque, que colaborou tanto com o PT, com o muito dinheiro da propina, e Vaccari, que está lá.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Pela ordem, Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Deixe-me terminar o raciocínio, por favor. Então, eu gostaria de pedir que não os deixem abandonados, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos, então, deliberar.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, só uma observação...

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Eu queria sugerir, Presidente...

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - ...evidentemente, aqui nós não cerceamos o direito de cada partido expressar as suas opiniões. O que não pode, e nós já fizemos este tipo de observação em outras sessões, é os Deputados se utilizarem desse tipo de leviandade e fazerem observações de cunho político no momento inadequado para fazer disputa política numa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito. Vamos dar sequência, Deputado Valmir Prascidelli.

Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado que estou propondo uma reunião secreta. O PSB...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Certo. Deputado Paulo Magalhães, as reuniões secretas, segundo o art. 48 do Regimento, só poderão ser realizadas em situação de declaração de guerra, ou acordo sobre a paz, ou passagem de forças estrangeiras. Então não cabe, não é cabível neste momento.

Portanto, nós vamos encaminhar à deliberação do plenário a votação da proposta de se fazer uma reunião reservada.

Os Srs. Deputados que aprovam a proposta de que a reunião se transforme em reservada permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A reunião passa a ser reservada.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Por unanimidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Por unanimidade.

Bem, lamentavelmente, eu tenho de solicitar que os membros da imprensa, que têm feito uma notável cobertura dos trabalhos da CPI, compreendam a situação. Lamentavelmente, eu peço que se retirem do plenário para que a gente possa dar início à sessão reservada.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Só ficarão presentes neste plenário a assessoria designada pelo Parlamentar. Portanto, não é uma reunião aberta, em que ficam aqui vários assessores de Parlamentares. Então, temos de ouvir dos Deputados os nomes dos que ficarão presentes, dada a relevância da reunião.

*(Transforma-se a audiência pública em reunião reservada.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, não estão suspensos os trabalhos não, não é? Peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, daqui a poucos dias começa o recesso parlamentar, e nós já estaremos nos aproximando, no retorno, da reta final desta primeira etapa da CPI, se não tivermos novas prorrogações. Nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa., que tem a prerrogativa de definir a pauta dos trabalhos desta Comissão, que nós venhamos a colocar para ser ouvido pela CPI já, o Sr. José Dirceu, para quem nós temos requerimento já aprovado nesta Comissão; e também o Sr. Milton Pascowitch.



Hoje, inclusive, nós tivemos, agora em curso, a 15ª operação da Polícia Federal, com novas prisões acontecendo, com *habeas corpus* sendo impetrados, sendo deferidos. Há, portanto, necessidade de agilidade dos trabalhos da Comissão, especialmente no que se refere a ouvir esses nomes, Sr. Presidente, que são emblemáticos e que nos darão grandes informações e, inclusive, patamares para encaminhamentos fundamentais que poderão advir desses depoimentos que ocorrerão aqui, inclusive com novas acareações.

Portanto, eu quero pedir a V.Exa. que, com a sensibilidade que tem, pautasse já para a próxima reunião a oitava desses dois convocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.k. Agradeço a V.Exa.

Registro, Sr. Auro Gorentzvaig, que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha.

Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas pelo crime de falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Boa tarde. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade sobre o que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem a palavra por até 20 minutos para fazer as suas considerações iniciais. Depois seguiremos com os questionamentos.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Bom, senhores, é um prazer estar aqui na CPI. Para mim, é a primeira vez que eu tenho o prazer de falar assim em público e vou falar sobre a área petroquímica, uma conversa bastante técnica. Bom, eu gostaria de fazer uma introdução, falando sobre a indústria plástica e a indústria petroquímica. O plástico é uma matéria muito nova no mundo inteiro. Existe há praticamente 60 anos. Na época da Guerra Fria, os Estados Unidos e a Inglaterra apostaram no plástico, e a União Soviética apostava na indústria pesada. Nessa época, em que o plástico foi descoberto pela ICI — Imperial Chemical Industries, descoberto pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, e, nessa época, do plástico se



faziam as embalagens plásticas e se falava em fazer de plástico foguete, fazer automóvel, fazer vários tipos de produtos, e a gente não acreditava, nessa época, que isso pudesse acontecer. Então, como eu falei, essa indústria é nova, é uma indústria que, no Brasil, com a importação do polietileno, começou mais ou menos nos anos 1960, pela Union Carbide. A Union Carbide é uma empresa americana, que tinha o monopólio de importação dessa matéria-prima, e existiam praticamente seis transformadores de polietileno no Brasil. Desses transformadores, um deles era a Petroplastic, a minha empresa, cujo diretor, presidente, era o meu pai. E nessa época nós nos interessamos em fazer também a indústria petroquímica. E fomos buscar tecnologia na Inglaterra, onde havia a empresa pioneira da indústria plástica, e trouxemos para o Brasil a tecnologia de fazer a petroquímica. Este foi o primeiro projeto no Brasil da indústria petroquímica, trazido por nós. (*Mostra projeto.*) Nessa mesma época, a PETROBRAS estava desenvolvendo também os complexos petroquímicos paralelamente, e a Union Carbide trouxe a primeira pirólise Wulff do Brasil. Essa pirólise Wulff foi instalada em Cubatão, e foi uma pirólise Wulff que já havia ido para três lugares no mundo, e não funcionou; e trouxeram para o Brasil. Depois, a PETROBRAS resolveu fazer a indústria petroquímica brasileira e fez o primeiro complexo petroquímico em São Paulo, a PQU, com o Grupo Moreira Salles, o Grupo Pery Igel e o Grupo Alberto Soares de Sampaio. Nós disputamos com esse grupo o polo petroquímico de São Paulo. Perdemos para esse grupo. Nós éramos praticamente muito técnicos, não conhecíamos praticamente a parte política do negócio, e o Roberto Campos é quem fazia a parte política desse grupo. Eles ganharam lá em São Paulo. Depois de São Paulo, instalou-se o segundo complexo petroquímico, que foi o Complexo Petroquímico da Bahia, em Camaçari. Participamos do Complexo Petroquímico da Bahia com a planta da Polietileno. O produto polietileno é um produto de segunda geração, é o produto principal de toda a área, de todo o complexo petroquímico, porque, da nafta, faz-se o eteno, que é o produto de primeira geração, e do eteno se faz o polietileno e outros subprodutos. O polietileno é o produto em, praticamente, para cada 100% de eteno, se consomem 100% de polietileno. E o polietileno também é a matéria-prima plástica mais consumida no mercado. Então, era a matéria-prima de maior importância, e praticamente quem tinha planta de segunda geração no complexo petroquímico, na



privatização da primeira geração, ficaria controlador da primeira geração. Foi o que aconteceu. E, na Bahia, nós tivemos esse projeto da Politen. Tiraram a gente da Bahia. E, aí, nós tivemos a oportunidade de fazer no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, com a experiência que a gente tinha, junto com a PETROBRAS e junto também com o Grupo Ipiranga, da família Gouvêa Vieira, nós lideramos lá o Complexo Petroquímico do Sul e fizemos um complexo de polietilenos. Polipropileno e polietileno são as matérias-primas principais. Bom, no Sul, tivemos a Petroquímica Triunfo. Fundamos a Petroquímica Triunfo em 1979 e, em 1985, nós demos partida na companhia, já com o produto especificado. Quando demos partida, existia uma divisão de mercado que era presidida pela PETROBRAS. Nós tínhamos 24% do *market share*, a Politen tinha 24% do *market share*, a Poliolefinas, de São Paulo, do grupo UNIPAR, tinha 36% do *market share*, e a Carbide, que era uma planta menor, tinha 17% — em torno de 16%, 17% — do *market share*. A Petroquímica Triunfo foi considerada como a coroa da princesa dentro da PETROBRAS. Era considerada a melhor empresa petroquímica do País. Desde 1979, quando a gente fundou a companhia. Em 1985, nós demos partida. Sempre foi uma companhia que deu lucro, nunca deu prejuízo. Em termos de tecnologia também, quando nós fundamos a Petroquímica Triunfo, a ideia era trazer uma tecnologia linear, que não existia no Brasil, uma tecnologia muito nova, e fomos impedidos pela PETROBRAS de instalar essa tecnologia, porque, talvez, iria dar uma diferença muito grande no mercado e nós iríamos ter uma vantagem muito grande. Então nós fizemos uma tecnologia de *commodities*, de polietileno normal e compramos, junto com essa tecnologia, o EVA, que é que é um produto que é uma *speciality*, um produto que faz desde solado de tênis até colas. Então, a Triunfo tinha diferenciação de produtos das outras empresas, que ela... Por exemplo, o produto custava 2 mil dólares a tonelada da *commodity*, e a Triunfo vendia a 6 mil reais a tonelada, devido essa diferenciação. Na verdade, é a aplicação de um catalizador que dá essa diferenciação no produto. De 1989 a 2009, a Petroquímica Triunfo foi considerada a melhor empresa do mercado petroquímico pelas revistas especializadas, pela revista *Melhores e Maiores Empresas do País*. E, dentro da PETROBRAS também, quando havia uma promoção de gerente para diretoria, essa pessoa passava pela Petroquímica Triunfo, para fazer um estágio na Triunfo. Era uma coisa normal dentro



da PETROBRAS, e toda a PETROBRAS, como eu falei, admirava muito a Triunfo como sendo uma empresa coligada. Essa empresa é regida por acordo de acionistas. O acordo de acionistas é o exercício de direito de voto, é o direito de preferência e é o controle nacional. O acionista PETROBRAS é qualificado, no acordo de acionistas, como promotor da iniciativa privada brasileira. E a iniciativa privada brasileira, que teve a obrigação de fazer do Governo Federal, ela era a gestora do investimento. Então tivemos a Petroquímica Triunfo e fomos com a Petroquímica Triunfo até 2009. A Petroplastic, que é a nossa empresa, ela conseguiu fazer a duplicação do complexo petroquímico do sul, que era um complexo de 700 mil toneladas e, depois, passou para 1 milhão 480 mil toneladas e, até hoje, é 1 milhão 480 mil toneladas. Depois que houve esse monopólio no mercado não houve mais desenvolvimento do complexo lá em baixo. E o complexo petroquímico, na verdade, ele está na ponta da pirâmide, porque todo o mercado, todo plano industrial de um Estado, de uma região, é feito muito com base nos complexos petroquímicos. Quer dizer, eu posso dizer que, de uma meia a um foguete, tudo é feito pela área petroquímica. Toda essa área petroquímica foi baseada na Lei nº 6.151, aprovada pelo Congresso Nacional, que é uma lei de livre mercado, democracia mercadológica e livre concorrência. Então éramos quatro *players* de mercado, sendo que nós quatro disputávamos esse mercado. A Triunfo conseguiu a duplicação, como eu falei, do COPESUL... A Triunfo não! A Petroplastic. Desculpe-me. Nós conseguimos também a duplicação da Petroquímica Triunfo, que nunca saiu do papel, devido a alguns problemas políticos de impedimento. Tivemos a oportunidade, aprovada por assembleia, de comprar a Politeo da Bahia, que é o Grupo Suzano, aprovamos por unanimidade, e também houve um jogo político para tirar essa oportunidade da Petroquímica Triunfo. Depois tivemos a oportunidade de negociar com o Grupo Ipiranga a compra do Grupo Ipiranga Petroquímica, e, depois, fomos surpreendidos por essa política de monopólio, que acabou inserindo todas as empresas petroquímicas dentro da Braskem, do Grupo Odebrecht. O acordo de acionistas, que é um acordo de bloqueio, dá o direito de preferência. Na verdade, nós fomos expropriados pelo Governo, porque nós não tínhamos a intenção de vender. Quer dizer: nós viemos dessa área. Nós viemos da área de plástico, como eu falei. E a nossa vocação é



industrial para petroquímica e plástico. Em termos de tecnologia, sempre vivemos dentro dos maiores laboratórios tecnológicos do mundo inteiro. E onde se conhece bastante o produto é na ponta, na verdade, na transformação do produto em plástico ou copinho ou subprodutos. Tivemos um acordo tecnológico também com a Villeroy & Boch e com a Bischof und Klein, que são as duas maiores empresas da Alemanha em termos de tecnologia. Por isso, sempre a gente estava muito à frente em termos de tecnologia de octeno, metaloceno e outros tipos de produto. Essa é uma introdução dessa área petroquímica. E aí houve a constituição da Petroquímica Triunfo por acordo de acionistas. Como eu disse, é um acordo de bloqueio que deveria ser respeitado pela PETROBRAS e pelo Governo Federal. Depois, existem direitos sucessivos, que são os direitos que, a partir do cumprimento da obrigação de fazer, você passa a ter o direito também sobre a COPESUL, que é empresa de primeira geração. Na COPESUL, quando foi privatizada, eles tiraram a Petroquímica Triunfo, que era uma empresa para ser a controladora da COPESUL, porque as participações minoritárias, o BNDES e a PETROBRAS eram os acionistas majoritários da COPESUL. As empresas de segunda geração eram acionistas minoritárias e elas iam crescer a sua participação com o cumprimento da obrigação de fazer. Viabilizando a empresa de segunda geração, você depois teria condição de fazer a privatização da primeira geração, que foi o que foi feito, e nós ficamos fora por um jogo político. Já naquela época, a ideia do grupo Odebrecht já era querer fazer o monopólio da indústria petroquímica. O Geisel, quando Presidente da República, saiu da Presidência da República e foi convidado pelo Ângelo Calmon de Sá e pela família Odebrecht para assumir a Presidência da NORQUISA. Como Presidente da NORQUISA, os baianos tentaram convencer Geisel, naquela época, de fazer o monopólio já da indústria petroquímica. E Geisel, como Presidente da NORQUISA, não aceitou e disse que esse era um mercado democrático que deveria ser disputado internamente pelas quatro empresas que estavam disputando o mercado. Todos tinham praticamente uma produção global. Essa produção global é porque, nessa disputa de mercado, cada um tinha uma participação. Como eu falei, a Triunfo tinha 24% do *market share*, e o que era produto excedente a gente exportava no mercado *spot*, no mercado mundial. Então, todos tinham essa condição e todos poderiam ter esse crescimento — alguns de forma global e outros



na forma de se fazer *speciality* nas suas plantas. Tivemos no sul uma discussão, uma briga com a PETROBRAS. A Petroplastic defendeu o acordo de acionistas, e a PETROBRAS defendeu a lei de sociedade anônima. Prevaleceu o acordo de acionistas. Nós ganhamos. Em 1992, transitou em julgado. Nós tomamos o controle da companhia. Em 1993, derrubaram a gente, dizendo que a gente não pediu a execução específica do acordo de acionistas. Nós éramos quatro sócios, 25% cada um. Aliás, ela foi fundada com 51% do capital da iniciativa privada brasileira, que éramos eu e a PETROAPLUB. Quando a PETROAPLUB resolveu desistir do projeto, houve essa discussão dentro da Petroquímica Triunfo sobre quem tinha o direito de substituir. A PETROBRAS, como promotora da iniciativa privada e como fomentadora do investimento, não poderia ter avançado nas ações que foram destinadas à iniciativa privada brasileira. Houve essa discussão lá, no Rio Grande do Sul. E, em 1988, reconheceram que os direitos eram da Petroplastic e pediram para fazer o depósito referente às ações da PETROAPLUB, que nós fizemos. Depositamos em juízo. Com isso, nós ficamos com 51,09%, porque o grupo estrangeiro Atochem se autolimitou em 10 milhões de dólares e, na última chamada de capital, eles não compareceram, de forma que eu e a PETROBRAS inserimos o capital no lugar da Atochem. Então, em 1992 transitou em julgado, ganhamos essa ação em 92, e, em 93, o tribunal resolveu voltar atrás e dizer que eu não pedi a execução específica do acordo de acionistas. Mas eu pedi o cumprimento do acordo de acionistas, e o que transita em julgado é o julgado, não é o pedido. Com isso, em 93, eles tiraram esse direito da Petroquímica Triunfo, de poder realmente se desenvolver com o grupo privado lá dentro, porque quem tinha interesse em desenvolvimento era o grupo privado, tiraram a oportunidade de desenvolvimento, tiraram os nossos direitos, dizendo que a gente não pediu. E, agora em 26 de janeiro de 2015, eu entrei com uma nova execução específica de acordo de acionistas no sul do País. E eu acredito que essa execução vai levar de novo à volta da família Gorentzvaig à área petroquímica. Essa ação de execução específica supera o monopólio constituído pelo Presidente Lula em benefício da família Odebrecht. E, quando houve essa ameaça de monopólio na Petroquímica Triunfo, eu dei um voto na Triunfo dizendo que era o Estado, por intermédio da PETROBRAS, fomentando o monopólio privado à custa de dinheiro público. E tudo isso hoje, quer dizer, está



muito claro. Também estive com o Presidente Lula, no dia 26 de fevereiro de 2009, às 16h30min, na sede do Banco do Brasil, e lá ficou deliberado, numa reunião, de que nós dividiríamos o mercado com a Odebrecht. Infelizmente, 40 dias após essa reunião, nós fomos expropriados pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma Rousseff, como Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Dividir o mercado de que forma?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Dividir o mercado de que forma? Olha, nós tínhamos 24% do *market share*. No mínimo, com 24% do *market share*, era uma exigência que eu pedi para o Presidente da República que se respeitasse.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, posso fazer uma consideração, já que o Deputado também está fazendo. Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Altineu, seria interessante que o Dr. Auro concluísse a apresentação, e eu acho que ele já está concluindo, faltam poucos minutos. Em seguida, então, falará o Relator Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Obrigado.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Então, nessa visita que eu tive com o Presidente, ficou deliberado, nessa reunião, de que eu faria algumas reuniões na PETROBRAS, quer dizer, harmonizar a Petroquímica Triunfo, respeitar o acordo de acionistas, me reconduzir para o Conselho de Administração, e foi o que ficou deliberado com o Presidente Lula. O Paulo Roberto Costa também participou dessa reunião, recebeu a determinação do Presidente para que se cumprisse com a determinação, e o Paulo Roberto Costa combinou então comigo, junto com o Presidente Lula, que, no outro dia, eu estaria na PETROBRAS. Quando eu cheguei à PETROBRAS, fui recebido, no outro dia, pelo Djalma Rodrigues, que é um Diretor da PETROBRAS, que hoje deve estar trabalhando na Odebrecht, e esse Diretor, quando eu cheguei lá, perguntou o que eu fui fazer na PETROBRAS. Eu falei que vim com uma determinação do Presidente Lula para resolver o problema da Petroquímica Triunfo, harmonizar a Triunfo, e ser uma realidade de mercado. Ele bateu na mesa e falou que ,enquanto ele estivesse ali, isso não iria acontecer. Eu me levantei, dei a mão para o Djalma Rodrigues, falei, agradei a ele, e me retirei, dizendo que era uma determinação do Presidente Lula e que, se não fosse



cumprida, eu não tinha mais o que fazer lá. Voltei para o meu escritório em São Paulo, e aí o Paulo Roberto Costa, tinha um recado dele, pedindo para eu ligar para ele, e o Paulo Roberto Costa me instruiu de procurar o Paulo César de Aquino, que era o Presidente da PETROQUISA. Fui recebido pelo Paulo César de Aquino e começamos a fazer as reuniões e, na verdade, depois de quatro reuniões, eu vi que a pretensão da PETROBRAS era me tirar fora do mercado. Então, eu parei de ir a essas reuniões e comecei realmente a procurar, junto ao Poder Judiciário, a buscar de volta a empresa que foi expropriada. E hoje é o que eu estou fazendo. Entrei com uma ação de execução específica, como eu falei. O Prof. Flávio Yarshell, que é o Titular em Direito de Processo Civil, da São Francisco, foi quem fez a ação. Entramos no dia 26 e estamos esperando o julgamento dessa ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Agradeço ao Sr. Auro Gorentzvaig e passo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Auro, pelo que pude levantar e ver, a história da sua família é uma história de brigas e de disputas que já remonta desde 1980. Então, sua briga com os Governos, com a PETROBRAS e entre família não é uma coisa nova. A história é fruto de um imbróglio antigo entre o senhor, seu irmão, seu pai e seu tio Salomão.

Em 1987, o seu tio iniciou um processo de dissolução da sociedade que mantinha com o irmão Boris, pediu 24% da PETROPLASTIC, que detinha participação acionária de 14,84% do capital social da Petroquímica Triunfo, cujo restante era propriedade da PETROBRAS, 57,31%, do Grupo Dow, 24%, e de alguns pequenos acionistas. Desde então foram duas décadas de brigas judiciais, sendo Caio derrotado e, com isso, perdendo o controle acionário da empresa. E essa briga atravessou os Governos Itamar Franco, Fernando Henrique, Lula e, agora, Dilma Rousseff.

Depois desses 25 anos de interesses contrariados pelo Judiciário, o Caio entrou com recurso, porque busca ação rescisória que move para tentar recuperar a perda que teve em 1987. A revista *ISTOÉ Dinheiro* fez uma publicação que diz assim:



*“Aparentemente não tem limites a ambição da família do empresário Boris Gorentzvaig de recuperar o brilho perdido. Poucos meses após a morte de Boris, em fevereiro, seu filho Caio afirma querer acabar com a feroz disputa judicial mantida há mais de duas décadas pela família contra a PETROBRAS e a Odebrecht, pelo controle da Petroquímica Triunfo. Mesmo depois de ter sido derrotado nos tribunais, até agora, Caio quer uma bolada para sair de cena: “R\$ 1 bilhão é um bom valor para a gente começar a conversar”, diz ele. “As propostas de entendimento anteriores foram uma vergonha, ficaram em R\$ 50 milhões.” Desde o final dos anos 1980, os Gorentzvaig reclamam do afastamento do patriarca do comando da Triunfo, que foi posteriormente incorporada à Braskem, controlada pelo grupo baiano. “Eu vou sair dessa briga”, afirma Caio. “Só quero ser indenizado e ir embora do Brasil com minha família.”*

A pergunta que eu faço é a seguinte: a imprensa noticiou, são mais de 25 anos de briga familiar, o desejo e as denúncias que o senhor apresenta ou que o senhor faz é mais uma das muitas que foram apresentadas, então, como o senhor explica que, ao longo desse período, o senhor brigou com todos e com todo mundo?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho que precisa manter o foco dos prejuízos da empresa em relação à PETROBRAS, acho que a questão familiar dele é um problema de briga familiar. Ou a gente fica no foco, ou a gente sai do foco.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, o Relator faz a pergunta que quiser.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Posso responder?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E deve.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - E devo. A Petroquímica Triunfo é uma empresa regida por acordo de acionistas — talvez o senhor não saiba. Esse acordo de acionistas dá ao acionista privado nacional o direito, mesmo minoritário, de ser o



controlador da companhia. Então, quando nós entramos com a execução do acordo de acionistas, foi para a PETROBRAS respeitar o acordo de acionistas, na minha empresa, como respeitava em todas as empresas. Então, eu digo para o senhor o seguinte: a minha posição na Triunfo não é uma posição minoritária. A minha posição na Petroquímica Triunfo... Quem ganhou essa luta fomos nós, não foi a PETROBRAS. Essa ação transitou em julgado. Em 1988, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul pediu para que se fizesse o depósito do controle da companhia, porque...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em que ano?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Em 1988.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu só quero...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Doutor, eu posso responder? Por favor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Pode, o senhor pode responder, mas eu só deixar claro que esta briga sua com a PETROBRAS não é algo novo. Em 1988, V.Sa., sua família e sua empresa já estavam numa briga entre vocês e com a PETROBRAS.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - A minha briga com a PETROBRAS... O meu sócio na companhia é a PETROBRAS. A PETROBRAS entrou no investimento para ser a agente promotora da iniciativa privada. Ela não entrou no investimento para ser gestora. Quem entrou no investimento para ser gestor foi a PETROPLASTIC — está muito claro. Então, a nossa luta, até hoje, é para que ela respeite o acordo de acionistas da companhia. Com relação ao Sr. Salomão, realmente é um foro íntimo, é um foro de família. Mas, já que V.Exa. falou do Sr. Salomão, eu fui ameaçado, na PETROBRAS, pelo Sr. José Lima, que colocou meu pai, doente, na frente dele — e o Sr. Salomão estava junto —, e disse que, pela ação do Sr. Salomão, ele ia acabar com a gente. O Sr. Salomão era um acionista da PETROPLASTIC de 7%. O senhor falou em 24%. Ele tinha 24% antes de a gente fazer a Triunfo. Quando a gente fez a Triunfo, ele não inseriu o capital na companhia. E essa ação foi uma vergonha, porque a Odebrecht visitava o juiz lá da execução, em São Paulo, querendo influenciar nas decisões do juiz. Então, eu quero dizer para o senhor que nós realmente entramos com a ação rescisória. O Sr. Salomão, quando ganhou essa ação, teve um título de 350 milhões, um título absurdo, que não existe. E aí o que



aconteceu? Entramos com a ação rescisória. E o Sr. Salomão, quando ganhou a ação principal, antes de entrar com a rescisória, adjudicou essas ações. Quando ele adjudicou as ações, ele já se julgava o dono da companhia. E a verdade é a seguinte: o meu advogado entrou com um agravo, pedindo a devolução dessas ações, e essas ações foram devolvidas agora. E esse agravo, já dei entrada ao mérito da questão, dizendo que, para ele ter 24% da companhia, ele tem que provar que inseriu o capital. Ou seja, muito provavelmente a ação rescisória vai ser favorável a nós, com muita certeza, porque já entraram no mérito da questão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu vou citar aqui um outro exemplo. A revista *ISTOÉ Dinheiro*, em 2 de junho de 2001, fez uma reportagem intitulada “*Lama Petroquímica*”, em que trazia, inclusive, uma entrevista com o seu pai — já falecido —, descrito pela revista como um sujeito controverso, violento, ambicioso e também como litigante profissional. Dizia o primeiro parágrafo da reportagem:

*“É difícil imaginar um romance policial tendo como pano de fundo o setor petroquímico, que responde por quase tudo o que se produz no Brasil (...)”. “Na ficção, isso pode não existir, mas, na vida real, basta acompanhar o dia a dia da Triunfo, empresa do polo petroquímico do Rio Grande do Sul, para ali encontrar todos os elementos de uma narrativa policial: da sabotagem industrial a grampos telefônicos, de agressão física a alianças obscuras, de disputa por dinheiro a ambição por poder. Os personagens dessa trama são os três acionistas da companhia. De um lado, o empresário paulista Boris, dono da Petroplastic e de 28% do capital votante da Triunfo. De outro lado estão dois gigantes do setor, a PETROQUISA, subsidiária da PETROBRAS, e a Dow Química, um dos maiores grupos químicos do mundo.*

*O mais recente lance da disputa ocorreu no dia 30 de abril de 2001, durante uma assembléia de acionistas. Uma desavença a respeito da presidência dos trabalhos*



*acabou na delegacia de polícia de Porto Alegre. E, ali, ao final, Boris e seu filho Caio foram retirados por força da lei da direção do grupo.”*

Vocês entraram na justiça contra a revista? É verdade? Vocês acabaram na delegacia? É esse o grupo que quer apontar o dedo para as pessoas e fazer denúncia?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, esse grupo... Eu vou falar uma coisa para o senhor: esse grupo fez a melhor empresa petroquímica do País e foi tomada na mão grande pela Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Presidente, eu solicito que o depoente fale para o Plenário, por favor.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Desculpe. O grupo Odebrecht sempre esteve por trás de tentar tirar a Petroquímica Triunfo da família Gorentzvaig, porque, com a Petroquímica Triunfo, nós chegaríamos ao controle da COPESUL. Quem construiu aquele complexo petroquímico foi a família Gorentzvaig, não foi a família Odebrecht. O que é uma vergonha é fazer um monopólio em que o mercado inteiro está reclamando desse monopólio. A Odebrecht vende uma mentira muito grande, dizendo que um plano de *marketing* para o Presidente Lula, que disse que o plano de *marketing* que a Odebrecht vendeu... Ela disse que deveria ter crescimento de escala para poder ser global. Esse plano que eles venderam foi o plano que prevaleceu sobre os direitos, prevaleceu sobre tudo. Um plano de *marketing*, é uma vergonha. E eu não vou entrar contra a revista. Todo dia está se publicando coisas. Quem conheceu o Dr. Boris... O Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto era conselheiro, com o Dr. Boris, da Petroquímica Triunfo, como outros grandes juristas que tivemos no País. Meu pai foi uma pessoa reta. Meu pai nunca foi corrupto ou corruptor. Nós brigamos pelos nossos direitos. Nós brigamos pelo o que está escrito no acordo de acionistas. É por isso que a gente briga.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só para exemplificar aqui que vocês brigam entre vocês e com todo mundo, em uma entrevista o Boris Gorentzvaig... Olha o período e o histórico de briga deles:

*“A PETROBRAS, aliada ao capital estrangeiro, está aniquilando, arrebatando, sufocando a Triunfo. Nunca*



*houve tanta violência contra minha empresa como na gestão do Sr. Reichstul, nunca.”*

Aqui, ainda no Governo Fernando Henrique.

*“O estranho é que, quando ele foi consultor nosso por dois anos, antes de assumir a presidência da PETROBRAS, ele lutou incessantemente para conseguir nossos direitos. Conversou com o grupo Ipiranga, com a Odebrecht, com o José Serra, com Ministros, com tudo que se pode imaginar.”*

Então, o que eu deduzo é que a história é uma história de briga entre vocês e com todo mundo, e que a briga de vocês também com a PETROBRAS é algo de mais de 20 anos. Então, não é aqui que vocês vão resolver a briga familiar e uma briga histórica de acionistas que vocês têm com todos e todo mundo.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado Luiz Sérgio, dedução não é realidade. O senhor deduz o que o senhor quiser. O problema é do senhor. A gente vai lutar pelos nossos direitos custe o que custar, custe o que custar. Brigamos sempre pelos nossos direitos e vamos continuar brigando pelos nossos direitos. O que é uma vergonha é o que o Presidente Lula fez: um monopólio. Quer dizer, a Lei 6.151 não é lei de monopólio, é lei de economia de mercado e livre concorrência. O mercado inteiro, a terceira geração não aguenta mais monopólio. As únicas pessoas que estão tendo vantagens com esse monopólio são os parceiros da Braskem e da Odebrecht; o resto, todo mundo reclama. A Odebrecht falou que, em 4 anos, iria tirar as barreiras, porque esse plano de *marketing* global que ela vendeu para o Presidente Lula disse que ia crescer a escala. O crescimento de escala, não precisa monopolizar o mercado interno para crescer a escala. Ele poderia crescer escala no mundo inteiro e ser global comprando empresas no mundo inteiro. Quer dizer, o que é mais vergonhoso ainda é se colocar 70% dos financiamentos do BNDES na mão de um único grupo, quer dizer, do grupo Odebrecht. Isso é que é vergonhoso!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Também foi... Pode concluir.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O exemplo dessa concentração é o exemplo também da concentração na própria indústria. Quer dizer, a concentração de recursos e a concentração na indústria, isso é que é uma vergonha, é vergonhoso.



Quer dizer, não há justificativa para esse tipo de coisa. É o dono do Brasil. A família Odebrecht é dona do Brasil.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Também foi noticiado pela imprensa que V.Sa. denunciou ao Ministério Público que a PETROBRAS teria comprado a Petroquímica Suzano, antes pertencente à família Feffer, pelo triplo do preço do que valia. Confirma essa afirmação? De quais documentos V.Sa. dispõe? Há alguma análise de instituições especializadas no mercado petroquímico ou de auditores elaborados por uma alguma consultoria técnica do setor que possa motivar sua declaração e avaliação dos preços dos ativos envolvidos nessa negociação?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sim, senhor, há. Eu já vou falar para o senhor o que há, mas quero dizer o seguinte: quando houve a formação da Quattor, que se formou a Quattor com o grupo UNIPAR e com a PETROBRAS e compraram o grupo Suzano por 4.1 bilhões, essa compra por 4.1 bilhões, para inserir dentro da Quattor, vamos fazer uma suposição aqui que o Grupo UNIPAR valia 1.200 bilhão, de 800 milhões a 1.200 bilhão. Nós estamos falando aí de mais ou menos 6 bilhões, de 5 a 6 bilhões. Quer dizer, como é que se transfere, em um prazo de 90 dias? A PETROBRAS entra no mercado, compra o mercado e aí transfere o mercado inteiro para Odebrecht. Então, esse valor que foi pago de 6 bilhões pela PETROBRAS foi transferido para a Odebrecht por 2.5 bilhões. Eu tenho aqui a avaliação do Bradesco. O Bradesco é que fez a avaliação. Eu vou entregar aqui na CPI da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, em 2007, quando se efetivou a compra da Suzano, o jornal *O Estado de S.Paulo* publicou matéria afirmando que a PETROBRAS teria conseguido um desconto de 2,5% no preço final efetivamente pago. A compra envolveu aquisições das participações da Petroquímica União, da Rio Polímeros, das unidades de polipropileno e o valor final foi de 2,63 bilhões. A avaliação teria sido feita pelo ABN AMRO, que considerou o valor adequado em razão do ganho de ativos quando fossem consolidados como as unidades da UNIPAR. Numa projeção da empresa pelos próximos anos, havia uma expectativa de que a Suzano reuniria todos os ativos petroquímicos do Sudeste.



V.Sa. tinha conhecimento do plano estratégico que envolvia essas incorporações e o plano de negócios futuros que poderia impactar na avaliação financeira daquela compra?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. A noção que eu tinha foi uma noção de ter sido chamado na PETROBRAS pelo Sr. José Lima e pelo Sr. Djalma Rodrigues, que disse que o presidente Lula vai implantar um sistema que só vão ficar dois *players* no mercado e que a Triunfo ia ser uma empresa que iria ser eliminada. A Triunfo... Quero falar para o senhor o seguinte: a Triunfo é uma empresa de, no mínimo, o valor é, mais ou menos, de 1.200 bilhão. Nós tivemos uma oferta da PETROBRAS, em audiência de conciliação, por 355 milhões, a participação da PETROBRAS, que daria mais ou menos 100%, 422 milhões, isso, em audiência de conciliação. A PETROBRAS fez uma oferta vinculante e desistiu. Na hora em que a gente bateu o cheque, ela desistiu e saiu fora. Oito meses depois, ela passou a minha empresa por 117 milhões para o grupo Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, em relação ao plano de negócios futuros que poderia impactar, o senhor não tem nada a falar sobre isso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, o plano de negócios futuros que podia impactar não aconteceu. Para mim, esse plano foi um plano para inglês ver, porque, quando vocês classificaram o grupo UNIPAR, que era um grupo que já não tinha muito interesse na área, quer dizer, já era... Já foi, já foi feita uma operação para ser engolida pela Braskem, como aconteceu. Tudo o que meu pai denunciava hoje virou uma realidade. Essa é a grande verdade.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. fala muito de concentração do setor petroquímico. Em matéria aqui publicada no *site* da própria Câmara, em razão de uma audiência pública que ocorreu em agosto de 2007, em que estiveram aqui o Presidente da PETROQUISA; o Presidente da PETROBRAS à época, José Sérgio Gabrielli; o Vice-Presidente Executivo e Diretor de Investimento da Suzano Holding, Fabio Eduardo, aqui foi afirmado que a concentração de empresas no setor petroquímico vem sendo uma tendência do mercado no setor na última década. Ele explicou que é frequente a integração das petroleiras que fazem a extração e o refino do petróleo com as petroquímicas que produzem derivados do petróleo. Em



1995, havia 19 empresas petroquímicas de âmbito mundial. Em 2005, esse número caiu para sete, sendo que quatro delas são petroleiras.

Então, o que ocorreu no Brasil não foi um reflexo do que vinha também ocorrendo no mundo, onde houve... Os dados aqui mostram que houve realmente uma concentração do setor petroquímico, já que nós tínhamos 19 grandes empresas e hoje nós temos sete, sendo que dessas sete quatro são petroleiras.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É, como eu falei para o senhor, na área petroquímica, no plano de governo que foi feito, as empresas que tinham o direito de ficar praticamente como controladoras da central de matérias-primas e que crescer o seu *marketing* eram as empresas que eram fabricantes de polietileno, porque o polietileno é uma matéria-prima... O polietileno é o produto que consome mais matéria-prima da central de matérias-primas e eteno, então, isso é um direito sucessivo que, a partir do cumprimento da obrigação de fazer pelo acionista privado das companhias, ele passava a ter esse direito sucessivo de poder crescer, de poder expandir. Então, quer dizer, o argumento de que há concentração não é argumento para fazer uma expropriação ou para fazer um monopólio, porque eu acredito no seguinte: num país de dimensões que nem o Brasil não é possível ter um único produtor de petroquímica. Nós pegamos a Holanda, há três; nós pegamos os Estados Unidos, há mais de 20. Por que o Brasil, um país com dimensões gigantes, tem um único produtor que usa todos os recursos do País para crescer? Quer dizer, ele comprou empresa no México, ele comprou empresa nos Estados Unidos, comprou empresa na Alemanha e comprou empresa no Japão. Se ele tem essa vocação de querer crescer e se endividar da forma dele, cada um tem a sua vocação. A Petroquímica Triunfo, ela é uma empresa que tinha 100 milhões de dólares em caixa permanentemente para fazer o seu desenvolvimento. Então, aí vai do critério de cada empresário. Como eu falei para o senhor, eles fabricavam *commodities*. Eles olham muito a parte de valor econômico no negócio. Nós olhávamos de uma forma diferente, a gente olhava *specialty*, a gente olhava produtos que vinham de octeno, a gente olhava produtos que vinham de metaloceno, e talvez o senhor nem saiba o que é isso. E essa é uma realidade. O Sr. Sérgio Gabrielli, da Bahia, foi colocado lá para realmente fazer um monopólio para o Estado da Bahia, como eu falei aqui. O Presidente Geisel foi colocado na



Presidência da NORQUISA e não fez o monopólio que a família Odebrecht queria, não realizou o sonho; Fernando Henrique Cardoso não realizou o sonho; Collor não realizou o sonho; quem foi realizar o sonho dele foi o Presidente Lula!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. já se referiu aqui duas vezes ao Geisel.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Por isso, talvez eu tenha entendido, e até quero lhe perguntar se é verdadeiro, porque no Youtube tem uma declaração sua, de 25 de maio de 2015, em que V.Sa. afirma:

*“Eu acho que o caso é de intervenção militar. A gente entra com intervenção militar de 1 ano e fazemos uma auditoria militar. Eu acho que a primeira solução é uma intervenção militar, em seguida, convocar novas eleições. “*

O senhor confirma essa declaração recente à imprensa.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Olha, eu acho que, realmente, do jeito que as coisas estão é caso de uma intervenção militar imediata e com pedido de eleições o mais rápido possível.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O senhor...

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Fechar o Congresso.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não sei se fechar o Congresso. Eu não me referi ao Congresso Nacional, mas quem sabe? Do jeito que as coisas estão acontecendo, do jeito que a gente está assistindo, do jeito que o povo brasileiro está vendo tudo acontecer, talvez seja o caso, eu não sei. Eu vou falar para o senhor...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu estou aguardando para falar também.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Não vamos aceitar aqui que o depoente venha para cá para poder denegrir a imagem do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não. Não denegriu a imagem do Congresso Nacional, não. Não se referiu ao Congresso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Fechamento do Congresso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se referiu talvez...



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Fechamento do Congresso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se referiu talvez a 9% de aprovação da Presidente Dilma.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Fechamento do Congresso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É isso a que ele se referiu.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu não vou admitir aqui que nenhum depoente venha para cá e queira denegrir a imagem do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele teve respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos restabelecer...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu gostaria de dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Auro, espera aí. Espera aí. O Presidente dos trabalhos sou eu. Eu quero restabelecer a ordem e pedir ao Relator que conclua os questionamentos.

Quero dizer ao Sr. Auro que não entendi como uma falta de respeito, mas V.Sa. está na Casa do povo brasileiro. Nós queremos aqui ouvi-lo. Agora, nós não somos obrigados a escutar nenhum tipo, nenhum tipo, de desrespeito aos nossos trabalhos aqui. Quero deixar isso bem claro, consignado, porque se for para V.Exa. agredir o Congresso, nós não daremos o direito de V.Sa. falar.

Então, eu quero deixar isso aqui muito claro e pedir que V.Exa. respeite não só os Parlamentares, mas respeite a sociedade que está lhe assistindo neste momento.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu acho que...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, pela ordem. Só lembrando, eu não estou em defesa de ninguém, eu só estou querendo dizer que o deponde respondeu uma pergunta do Relator, que, aliás, não tem nada a ver com os trabalhos desta CPI. Eu acho que a gente tem que focar nos trabalhos da CPI, senão complica a situação.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Presidente, em nenhum momento eu desrespeitei. Eu não vi em nenhum momento aqui eu desrespeitar.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu quero, eu quero só, enquanto Relator...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - A sua pretensão é... Sabe, eu acho que...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Auro, V.Sa. disse, e as notas taquigráficas pegaram e está muito claro. Gostaria que ficasse consignado em ata o inteiro teor das suas declarações.

Quer dizer, V.Sa. confirmou aqui a declaração que defende uma intervenção militar e, na sua fala, V.Sa. disse assim: "*Tem que trocar tudo*". Quer dizer, esse tudo, a meu ver, inclui, sim, uma declaração desrespeitosa, inclusive ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, que é um poder constituído.

Então, a sua ira santa, como eu já falei, é contra tudo e todos. V.Sa., neste momento, só está reafirmando isso. Reafirmando isso. Mas vamos...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Deputado, o senhor está botando palavras na minha boca.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu só quero...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu não falei nada disso, em nenhum momento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - As notas, as notas taquigráficas...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Em nenhum momento, eu falei nada disso.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, vamos voltar para a CPI.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O que eu quero mais falar para o senhor é o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos seguir. Vamos seguir.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Fica difícil a gente está...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos seguir, é o terceiro depoimento de hoje. Vamos seguir com as perguntas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - A senhora vai perder o seu mandato.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Normalmente, quando há um depoimento aqui que alguém fica...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Como é que é, Deputado?



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A família...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não. Eu quero pedir respeito do Deputado aqui em relação a mim. Eu não estou conseguindo compreender a colocação dele, dizer que eu terei o meu primeiro mandato cassado. O que V.Sa. quis dizer com isso? Isso é desrespeito comigo, Sr. Presidente. Eu não vou aceitar isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Se depender do depoente...

**O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA** - Está ameaçando a Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu não admito esse desrespeito comigo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA** - Isso é uma ameaça. Isso é uma ameaça. Não dá para aguentar ameaça à Deputada Eliziane Gama.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - O depoente defende o fechamento do Congresso...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O depoente disse que defende o fechamento do Congresso. Então, todos os Deputados estão... *(Tumulto no plenário.)*

**(Não identificado)** - O depoente disse que é melhor uma intervenção militar do que o que o Brasil vive hoje. Foi isso que ele disse. *(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Fechamento do Congresso. *(Tumulto no plenário.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ele claramente... *(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Todos nós perderemos o nosso mandato.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele não desrespeitou o Congresso Nacional. Ele disse que é melhor uma intervenção do que o que o Brasil está vivendo. Não desrespeitou o Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Se depender do nosso depoente, todos nós teremos o nosso mandato cassado.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não desrespeitou o Congresso Nacional. O senhor está querendo tumultuar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Assim como teve Rubens Paiva. Assim como aconteceu com Rubens Paiva neste Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor não está querendo ouvir a verdade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Se depender desse depoente aí...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele está fazendo as denúncias sobre Odebrecht e Braskem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Se depender desse depoente, todos nós, todos nós teremos mandato cassado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Vamos ouvir o depoente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Porque ele quer a volta do regime militar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Está fazendo denúncia sobre Odebrecht e Braskem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Nazista! Esse depoente quer a volta do regime militar, e todos nós que temos mandato do povo teremos nosso mandato cassado. *(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quem? Quem?

Primeiro, eu acho que um cidadão chegar aqui e defender, na Casa do Povo, no poder mais democrático, a intervenção militar, é desrespeitar a legislação. Por sinal, isso é crime.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu quero dizer ao Presidente que estão tentando desestruturar emocionalmente o depoente. Talvez pelas informações que ele possa passar nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Exatamente. Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E eu não vou admitir isso aqui, Sr. Presidente. Eu sou autora desse requerimento. Nós temos informações pertinentes para tratar. Nós temos prejuízos graves, que decisões da diretoria da PETROBRAS



tomaram. Ou a gente foca, ou então a gente vai debater regime militar, chamar historiadores e fazer o debate aqui. Não é o fórum, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vejo o depoimento do Sr. Auro como muitos que já tivemos aqui, depoimentos com revelações polêmicas. Mas nós temos obrigação de ouvi-lo. Ele está aqui para prestar os esclarecimentos.

Eu gostaria de fazer esse apelo para que a gente possa aqui retomar a ordem. Acredito que essa discussão aqui não contribui em nada, pelo contrário, só atrasa os nossos trabalhos.

Então, gostaria de pedir ao Relator que seguisse com os questionamentos, para que a gente possa dar oportunidade de todos perguntarem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu vou encerrar essa polêmica, mas para aqueles que estão ardorosamente defendendo o depoente, eu gostaria que depois pudessem acessar, no Youtube, uma entrevista que ele dá para a jornalista Marta Serratt, em que ali ele afirma de maneira muito clara que tem que ter uma intervenção militar, tem que trocar os Deputados, tem que fechar o Congresso. Então, ele é desrespeitoso em relação à democracia. Isso configura crime. Quero deixar registrado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas não é aqui que a gente vai discutir isso.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deixa eu responder. Posso responder, doutor?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Pode. Pode.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não é aqui que a gente vai debater essas opiniões pessoais, depoente.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Em nenhum momento, eu aqui falei com o respeito com ninguém e muito menos falei isso. O senhor está colocando palavras na minha boca, o senhor vai me desculpar. Em nenhum momento, eu falei em fechar o Congresso Nacional. Em nenhum momento, em matéria minha nenhuma existe isso, existe isso. O que eu falei é que se for o caso de intervenção militar, paciência, mas eu não sou a favor de intervenção militar. Eu sou a favor da democracia. Eu quero dizer para o senhor aqui, que me chamou de nazista, que eu sou judeu. Muito pelo contrário do que o senhor está achando, que eu sou a favor de nazismo, eu não



sou a favor de nazismo. Deputado, eu sou a favor da democracia, Deputado. Eu sou a favor da anticorrupção, Deputado. Disso que eu sou a favor. Eu não posso admitir. Eu vim aqui discutir tecnicamente. Eu não posso admitir, por exemplo, que o COMPERJ, que estava orçado em 8 bilhões, já foram 30 bilhões, e não existe nada lá no COMPERJ. Quer dizer, a Petroquímica Triunfo era uma empresa que estava preparada para fazer o COMPERJ e foi desclassificada pela Presidente Dilma Rousseff. A Odebrecht, pela Braskem, fez um acordo de exclusividade de mercado com a PETROBRAS. Eu te pergunto: por que o COMPERJ ficou fora dessa exclusividade? Eu não sei. Eu não sei te dizer. Agora, o que eu sei dizer é que para o Brasil seria muito bom se tivessem mais dois, mais três, mais dez *players*. O Brasil é muito grande! O *player*, cada um tem uma forma de trabalhar. Se a Odebrecht quer se endividar às alturas e quer comprar o mundo, esse não é o meu negócio. O meu negócio não é o mundo, as pessoas e a Braskem. O meu negócio é fazer produto de forma especial que eu tenha demanda, não que eu tenha oferta. Essa era a nossa condição na Petroquímica Triunfo. Então, eu vim aqui numa discussão técnica, eu não vim aqui para discutir política, porque eu não tenho nenhuma pretensão política, Deputado. E quero te dizer o seguinte: sou democrata. Não sou... Eu acho que a intervenção militar só existe se acontecerem coisas absurdas. Eu não sei o que vai acontecer. A gente está vendo coisas... A gente está vendo o Brasil perder bilhões. A gente fala de milhões, lá fora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Auro, vamos nos deter ao tema da CPI. Se nós formos debater aqui intervenção militar, nós vamos sair daqui amanhã, e não se responde aos questionamentos. Então, vamos seguir com isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - É isso aí. Até porque...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não fui eu quem colocou esse assunto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Talvez ele já não esteja tão interessado, porque a família lançou o Sr. Caio a Deputado Federal pelo PPS, em São Paulo, mas não teve...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não! Não foi a família, foi ele quem se lançou. Na família, cada um tem independência, cada um pensa de uma forma, e é respeitada na forma de pensar.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Agora, V.Sa. fala muito de forma honesta, mas, consultando, o consultor jurídico divulgou que o Sr. Boris, pai de V.Sa., foi condenado a indenizar a Petroquímica Triunfo em 8,5 milhões de reais por gestão fraudulenta, tendo prejudicado os demais acionistas, no caso a PETROBRAS. Como é que o senhor explica que...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Com certeza, explico.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** -... além de briga com tudo e com todos, a gestão ainda foi uma gestão que foi condenada na Justiça.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - A gestão do Dr. Boris na Petroquímica Triunfo foi uma gestão em que ele foi nomeado pelo Poder Judiciário como o Administrador Judicial. Como Administrador Judicial, ele ficou 1 ano e 2 meses na Petroquímica Triunfo, que deu 112% a mais de lucro do que a administração da PETROBRAS. Essa administração dele foi o maior lucro que a Petroquímica Triunfo já deu. E devido à ação principal, que o meu pai ganhou, a PETROBRAS entrou com uma ação, pela Secretária de Minas e Energia, insuflada pela Secretária de Minas e Energia do Estado do Rio Grande do Sul, que entrou com uma ação de responsabilidade contra o Dr. Boris no valor de mais ou menos 21 milhões, cujo valor foi até eu que comecei um processo de harmonização com Paulo Roberto Costa dentro da PETROBRAS, onde dividimos em duas etapas: na primeira etapa se pagaria a condenação, que na verdade foi uma condenação absurda. O meu pai foi condenado dando o maior lucro na companhia. E eu convenci o meu pai de a gente poder realmente se acertar com a PETROBRAS pagando esses 21 milhões, e dividimos na segunda etapa. Eu paguei os 21 milhões, e, na segunda etapa, a PETROBRAS me largou na mão, infelizmente. Eu tenho um crédito na PETROBRAS de mais de 400 milhões — eu não sei se o senhor sabe.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quer dizer que a sentença que condenou a gestão, em que o seu pai estava à frente da Triunfo, em 8,5 milhões de reais, que nós podemos ver no *site* do consultor jurídico, foi uma injustiça que cometeram?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, foi uma sentença política.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ah, foi uma sentença...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Foi injustiça, porque, se e ele deu 112% a mais de lucro na empresa... Só para o senhor ver o seguinte: o prédio administrativo



que foi feito na empresa e o prédio para desenvolvimento de novos produtos que o meu pai fez, eu tirei o dinheiro do bolso para pagar o prédio na Triunfo nessa ação de responsabilidade. Foi imputado a ele, porque ele, como administrador jurídico... Nós montamos um comitê na empresa, dos profissionais da empresa; esses profissionais da empresa trouxeram a necessidade de fazer a expansão lá na fábrica; fizemos a expansão na fábrica e, depois, vieram cobrar do meu pai essa expansão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas, nos 14 meses, naquela época em que ele passou à frente da empresa, a sua família mais os diretores Araújo e Escábio foram acusados de cometerem uma série de desmandos administrativos, que resultaram em prejuízos à companhia e aos demais acionistas: Petroquímica e empresa Primavera, do Grupo Dow Química. As irregularidades foram identificadas por empresa de auditoria externa e por uma auditoria interna promovida pela própria Petroquímica Triunfo. Quer dizer, a auditoria externa e a auditoria interna chegaram à conclusão de que houve prejuízo aos acionistas e que houve desmandos administrativos. Houve uma condenação e, mesmo assim, V.Sa. disse que isso foi uma questão exemplar de sucesso que houve. Então, não há um contrassenso nisso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Há um contrassenso, sim, porque a administração privada da Petroquímica Triunfo foi o período que deu mais lucro na Petroquímica Triunfo. E foi imputado ao meu pai, de forma absurda, pagar prédios que foram feitos dentro da companhia, e que estão lá instalados, estão feitos, e que hoje são da Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas não...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O que eu queria falar para o senhor é o seguinte, Sr. Relator: a Triunfo foi expropriada pelo valor de 117 milhões, quando era uma empresa que valia, no mínimo, 1 bilhão. Eu digo para o senhor: por que os *players* que tinham no mercado, que são as outras três empresas, todos eram em valores de bilhões, e a Triunfo era em um valor de 117 milhões? Eu tenho aqui uma avaliação do Santander de 400 milhões, que na época eram 400 milhões de dólares. E nessa avaliação não está contemplado o COPESUL — porque nós tínhamos direito de 33% do COPESUL. Quero dizer para o senhor também o seguinte: eu



trouxe aqui um relatório de atividade. Quando expropriaram a companhia, ela tinha uma liquidez, praticamente, no caixa, de 114 milhões — está aqui. (*Mostra o relatório*) Quer dizer, como é que a empresa foi expropriada por 117 milhões, numa troca de ações, e aqui a empresa tinha no caixa 114 milhões? Aqui está a prova. Não é... Eu não estou tirando nada de revista nem de recorte de jornal. Tudo o que eu vou entregar aqui é prova.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas o senhor se atenta pouco em relação às irregularidades que foram identificadas pelas empresas de auditoria interna e auditoria externa. E entre essas questões há um outro dado que é importante: a auditoria também detectou faturamento de 1.601,7 toneladas de polietileno de baixa densidade para a PETROPLASTIC, de propriedade da família, abaixo do preço médio praticado à época. Ou seja, no período em que vocês administraram a empresa, vendiam subprodutos para a empresa do próprio grupo abaixo do valor de mercado, dando prejuízo principalmente aos outros acionistas. Sobre essas questões das irregularidades, V.Sa. não foca. Diz apenas, no geral, que deu lucro, que foi uma injustiça. Chega ao absurdo de dizer que a sentença jurídica da Justiça do Rio Grande do Sul que condena a gestão foi uma sentença política. Quer dizer, não dá para entender isso.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Deputado, eu não vou perder nem tempo com isso, porque vou falar uma coisa para o senhor: o meu pai não é o caso da nafta, não. O caso da nafta, aí, que a gente está vendo, em que o Sr. Paulo Roberto Costa recebia 5 milhões de dólares...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu lhe fiz uma pergunta.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu estou lhe respondendo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu gostaria de saber se o senhor vai responder.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu estou lhe respondendo que tudo o que o senhor está me perguntando nada procede. Eu já falei para o senhor que a Petroquímica Triunfo era considerada pelo mercado a melhor empresa do País.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim, mas aí quando tem uma ação da Justiça condenando-a por uma gestão fraudulenta, para fugir, V.Sa. diz que isso é uma sentença política.



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Inserida pela Secretária de Estado de Minas e Energia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Quer dizer que V.Sa. está dizendo aqui que a Secretária de Estado de Minas e Energia do Rio Grande do Sul manda na Justiça do Rio Grande do Sul?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Olha, o que eu estou querendo dizer para o senhor é que o meu pai não trabalhava como no caso da nafta, que a gente está vendo em todos os jornais. O senhor está confundindo o meu pai. O meu pai era uma pessoa bastante séria e reta, muito reta, reconhecida por todo mundo, principalmente pelo pessoal do PT, com quem eu tive bastante relação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas eu estou falando com V.Sa. em relação à auditoria que mostrou que havia venda de produtos da Triunfo para uma outra empresa do grupo a preço abaixo do mercado, o que prejudicava os pequenos acionistas. Aí, V.Sa., em vez de se focar na pergunta que foi feita, faz um ataque a B, a C, a D, a A.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Eu vou... Eu vou responder a pergunta para o senhor. Existia um comitê. Quando o meu pai foi administrador jurídico, ele foi fazer a reforma do capital da companhia e existia um comitê que eram os gerentes que tocavam a companhia, que era a corporação. Nós tínhamos uma empresa de embalagem que também era alimentada e recebia fornecimento da Petroquímica Triunfo, e essa empresa, ela tinha os mesmos preços, igual ao mesmo preço da melhor empresa que era cliente da Petroquímica Triunfo. Nós nunca tivemos preços avantajados. O preço que a gente tinha... Os grandes transformadores tinham o preço igual ao nosso preço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, eu vou concluir com uma observação. V.Exas. podem ter todo o direito de discordar, mas a visão que eu tenho, quero aqui reafirmar, é de que o Sr. Auro, pelo longo período de mais de 25 anos de brigas jurídicas, brigou com todos e com todo mundo, inclusive entre eles, não falou mal apenas da gestão atual, mas da gestão da presidência da PETROBRAS de outras gestões e de outros Presidentes. A meu ver é um inconformado em razão, como acionistas minoritários, de não ter o direito de compra de ações no grupo Triunfo. E, no meu entender, busca pegar carona nesse processo



que nós estamos vivenciando e que temos de investigar. E esta CPI, a meu ver, não pode ser instrumento para aqueles que, inconformados por derrotas jurídicas e crises familiares... E existe farto material divulgado em qualquer órgão de pesquisa, onde está inclusive com acusações de serem profissionais na área de busca de ação contra pessoas e contra empresas.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só uma informação, Sr. Presidente, só uma informação pertinente. Lembro que a Operação Lava-Jato está fazendo essa investigação. Respondendo, porque a colocação do Relator diz respeito à autoria do requerimento. Então, a Operação Lava-Jato está fazendo investigação com ponto específico *“pagamento de propinas e favorecimento na aquisição das petroquímicas pela unidade da Braskem e Odebrecht”*.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputada Eliziane...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, que fique claro que nós estamos investigando um objeto da Operação Lava-Jato. Basta buscar os autos que V.Exa. vai encontrar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Eliziane, com todo o respeito que tenho tido com todos aqui, mas nesta sessão de hoje, mesmo tendo conhecimento de que V.Exa. é autora do requerimento, o Sr. Auro está sem advogado. Possivelmente a senhora pudesse se sentar aqui do lado, porque, das vezes que falei, V.Exa. interferiu...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - ... pelo menos umas dez vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Está restabelecida a ordem?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a V.Exa. Eu vou...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ele foi desrespeitoso comigo, Sr. Presidente. Por favor!

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado, eu não preciso de advogado. Eu vim aqui na qualidade de convidado. Eu não vim aqui na qualidade de réu. Eu quero lhe dizer o seguinte: acho que onde a gente vai decidir as coisas é no Poder Judiciário. Eu entrei com uma ação de execução específica, este ano, no Poder



Judiciário para voltar à área petroquímica e eu acredito que, se prevalecer o direito, eu volto. Estou entregando aqui esta ação que eu entrei. Aqui está toda a história. Está tudo. A Operação Lava-Jato, com relação à parte penal está investigando, abriu um processo, o Processo 1.114/2014. Então, eu vim aqui, na verdade, no sentido de tentar demonstrar que o monopólio para o País não é bom. Simplesmente isso, doutor. Não vim aqui para mais nada. Os meus direitos eu estou indo buscar na Justiça, e estou denunciando na Operação Lava-Jato as ilegalidades. A difamação por esses grandes grupos, colocar em grupos menores, é muito fácil. Comprar a imprensa, fazer isso, tudo é muito fácil, Sr. Deputado. Então, eu quero dizer para o senhor que o que interessa na companhia é que é uma empresa que nunca deu prejuízo, é uma empresa que, como eu falei, era a coroa da PETROBRAS, era a menina dos olhos da PETROBRAS, considerada uma princesinha dentro da PETROBRAS, e é isso. Essa é a grande realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Auro, vamos seguir.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, por favor!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O Sr. Relator me ofendeu, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra. Eu queria ler aqui um comunicado do Ministro Teori Zavascki, mas V.Exa. quer a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só quero falar com o Sr. Relator que eu tenho o maior respeito por ele e eu não quero admitir e não aceito desrespeito a mim. Eu levo a sério os meus trabalhos nesta CPI. Como eu coloquei, mais uma vez afirmo: houve um prejuízo grande. A Operação Lava-Jato faz a investigação clara. Basta acessar os autos ou a imprensa. O jornal *O Estadão*, por exemplo, fez uma matéria muito ampla e aprofundada desses prejuízos a partir dessa sociedade formada entre a Odebrecht e a PETROBRAS com o resultado da Braskem.

Então, eu não estou aqui para brincar não, Relator. Quero dizer a V.Exa. que eu tenho todo o respeito por V.Exa., mas parece que o puxão de orelha do Lula deu muito resultado aqui, porque há um temor muito grande, há um nervosismo grande, tentando desestabilizar o depoente desde o momento em que ele chegou aqui.



Então, não quero desrespeito. Eu estou aqui levando a sério o meu trabalho nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputada Eliziane, se fui desrespeitoso, eu lhe peço desculpas. Agora, desde as 9 horas da manhã eu estou aqui, como muitos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Nós dois, Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Realmente, talvez pelo fato de o requerimento ter V.Exa. como autora, V.Exa. neste intervalo de tempo, quase que todas as vezes que eu fiz uma pergunta, V.Exa. interferiu no processo.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Porque V.Exa. está desestabilizando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu gostaria de fazer um apelo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eu tenho a liberdade de fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Temos vários inscritos e sub-Relatores para fazerem perguntas ainda. Vamos seguir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E, para não dizer que eu discordo de tudo, primeiro, talvez tenha sido o primeiro momento aqui nesta CPI que eu tenha fugido um pouco da minha calma.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu até estranhei o comportamento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Isso é verdade. Isso é verdade.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Segundo, eu não levei puxão de orelha nenhum e muito menos estou aqui... Se V.Exa. perguntar se eu estou com vontade de almoçar, eu direi que estou com uma fome danada, com vontade de almoçar, mas nervoso eu não estou.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - V.Exa. retornou à calma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Para não dizer também que aqui eu tenho discordância de tudo, eu concordo com uma coisa que o Sr. Auro colocou aqui: realmente, um setor importante como o petroquímico não pode ter um monopólio de uma empresa só. É algo que não vai ser produto desta CPI. Mas, se essa afirmação for uma afirmação verdadeira, eu quero aqui reafirmar que, nesse ponto, concordaria com ele.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Concordo com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em relação ao documento que ele quer deixar, eu tenho, enquanto Relator, que reconhecer que ele tem o direito de deixar, mas nós também temos o direito de buscar questionar que documento é, porque nós não estaríamos recebendo aqui uma ação particular em que ele busca recuperar as ações. Então, eu acho que não é objeto de interesse da CPI ser parte de uma disputa judicial empresarial.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu acho que é, porque a entrega dessa ação aqui à CPI tem como PETROBRAS como sócia minha. Então, quero entregar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós iremos receber os documentos de V.Sa.

O Supremo Tribunal Federal acaba de mandar um comunicado atendendo a uma reivindicação feita por este Presidente em nome da CPI para o compartilhamento da delação premiada do Sr. Ricardo Pessoa para que, posteriormente, ele possa vir aqui depor, e o Ministro Teori respondeu da seguinte forma:

*“Senhor Presidente,*

*Reportando-me aos ofícios 375 e 380/2015, registro que os pedidos de homologação de acordo de colaboração premiada estão cobertos por expresse sigilo legal, por força do art. 7º da Lei 12.850/2013.*

*Por outro lado, em atenção aos termos dos referidos expedientes, mostra-se oportuno enfatizar que não cabe ao Judiciário autorizar ou disciplinar convocação por parte de Comissão Parlamentar de Inquérito, que para tanto exercita, motivadamente, prerrogativa que extrai diretamente do art. 58 da Constituição da República.*

*Em relação a Ricardo Ribeiro Pessoa, entretanto, não é demais recordar que sua condição de investigado e denunciado criminalmente pelos fatos objeto dessa*



*Comissão lhe evoca as garantias contra autoincriminação, cujo fundamento de validade se acha no mesmo Texto Constitucional — art. 5º —, de modo que as consequências de seu silêncio só a ele dizem respeito.*

*Ao ensejo, reitero a V.Exa. protestos de estima e consideração.*

*Ministro Teori Zavascki*

*Supremo Tribunal Federal*

*Brasília, 1º de julho de 2015”.*

Então, o Supremo Tribunal Federal não compartilhou não só os termos como também mantém a delação sob sigilo. Isso impede de cobrarmos que o Sr. Ricardo Pessoa venha aqui e responda os questionamentos. Nós não podemos exigir que ele responda. Ele pode se reservar ao direito de ficar calado. E eu quero poder, na semana que vem, fazer uma reunião para decidirmos o que a CPI irá tomar como providência diante desse fato.

Plenamente comunicado o ofício.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. tem a palavra como autor do requerimento também e Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Auro Gorentzvaig, o meu interesse aqui não é discutir questão da empresa do senhor. Eu tenho a minha avaliação sobre isso. Eu acho que, enfim, o senhor esteve fora do bojo de toda essa armação. Ficou fora, foi tirado do mercado e o senhor está aí com as ações judiciais cabíveis. Esse é um outro assunto. Qualquer questão pessoal também da família do senhor também não me interessa aqui. O que me interessa aqui é o desvio de dinheiro público da PETROBRAS. O que me interessa aqui é saber do envolvimento de agentes que fizeram acontecer esse monopólio.

Então, eu gostaria de fazer perguntas objetivas ao senhor. O senhor começou aqui a sua explanação falando que o senhor teve uma reunião no gabinete da Presidência da República com o Presidente Lula. O que o Presidente Lula tem a ver com petroquímica?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado, eu estive no Centro Cultural.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Centro Cultural, onde funcionava o gabinete da Presidência da República.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Por que o senhor está falando do Presidente Lula? O que ele tem a ver com isso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O assunto petroquímica... Quando se fala em petroquímica, normalmente a Presidência da República é quem define as regras do jogo da indústria petroquímica. Só que a indústria petroquímica tinha uma regra definida, uma regra e uma lei definida. Essa lei é a Lei 6.151. Essa lei é uma lei de economia de mercado e livre concorrência. Ela é uma lei de competição, ela não é uma lei de monopólio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o senhor começou a explanar sobre isso. O senhor falou que esteve com o Presidente Lula e com o Paulo Roberto. O que o Paulo Roberto Costa tem a ver com esse assunto?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O Paulo Roberto Costa, eu tive uma...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Por que ele estava nisso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O Paulo Roberto Costa era o responsável dentro da PETROBRAS pela área petroquímica. O Paulo Roberto Costa era o executivo número 1 dentro da PETROBRAS da área petroquímica. Ele era Diretor de Abastecimento e Petroquímica.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E por que o senhor teve uma reunião com o Presidente Lula e com o Paulo Roberto Costa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O senhor tem que perguntar para o Presidente, mas quem chamou o Paulo Roberto Costa foi o Presidente Lula. Não fui eu que chamei.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas chamou o Paulo Roberto Costa para quê?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Porque, como envolvia a PETROBRAS, envolvia a petroquímica, e o primeiro executivo dentro da PETROBRAS é o Paulo Roberto Costa, da área petroquímica, ele participou da reunião. Deduzo eu.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o senhor participou de uma reunião em que o Presidente Lula ordenou o Paulo Roberto Costa a tomar atitudes na área de petroquímica da PETROBRAS?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Ele determinou ao Paulo Roberto Costa que se cumprisse o acordo de acionistas da Petroquímica Triunfo e me reconduzisse ao Conselho de Administração da companhia, e se fizesse uma harmonização na companhia. E continuar no mercado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quando o senhor me diz isso, eu já vou para as aquisições da PETROBRAS, falando, por exemplo, da formação da Quattor.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem atuou na formação da Quattor também foi o Paulo Roberto Costa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Provavelmente. Ele era o Diretor de Abastecimento e Petroquímica. Ele era o homem número 1 na PETROBRAS, da área de petroquímica.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Depois a Quattor comprou o grupo Suzano?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É. De forma estranha, porque a Suzano era bem maior do que a UNIPAR. Na verdade, quem deveria estar na Quattor era a Suzano para dividir o mercado e a UNIPAR ser comprada pela Quattor... pela Suzano. A UNIPAR era bem...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A empresa pequena comprou uma empresa muito maior.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É, comprou uma empresa muito maior...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E o senhor que estava... Existe essa denúncia. É aí que é o ponto. Esse que é um ponto que eu, sinceramente, quero dizer ao senhor... Eu respeito muito aqui as palavras do senhor, porque o senhor denunciou Paulo Roberto Costa. Ele foi preso,...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** -... condenado e está sob delação premiada.



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o senhor tinha razão.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Tinha.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor denunciou o monopólio da Braskem, da Odebrecht. O Presidente da Odebrecht está preso, diretores foram presos.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, o senhor também tinha razão.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Tinha.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Desconsiderar as denúncias do senhor é no mínimo achar que houve aí um equívoco da Justiça em relação a Paulo Roberto Costa, Odebrecht, porque as coisas estão aí. As coisas estão acontecendo. Eu quero saber o seguinte do senhor, em relação ao preço da Suzano.

O senhor que está no mercado, por que a Suzano era avaliada na Bolsa de Valores por 1 bilhão e 200 milhões de reais e foi comprada por 4 bilhões e 100 milhões de reais, 2 bilhões e 900 milhões de reais a mais? Por quê? Quem autorizou, na PETROBRAS, pagar um preço desses?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Provavelmente, José Sérgio Gabrielli e Paulo Roberto Costa. Quem estava presidindo a PETROBRAS era José Sérgio Gabrielli.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E quem tocava a área petroquímica era Paulo Roberto Costa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Engraçado, Sr. Presidente, o senhor sabe que a gente ouve falar aqui da Operação Lava-Jato, bilhões de reais. O próprio Paulo Roberto Costa, se não me engano, na delação dele diz que está devolvendo acho que 50 milhões, que é o que ele diz que tem, não é? Então, se ele cometeu ilícitos, desvio de dinheiro público, corrupção em todas as outras obras, agora na petroquímica ele era um santo? Uma empresa avaliada na Bolsa de Valores por 1 bilhão e 200 milhões — 1 bilhão e 200 milhões —, a PETROBRAS, sob o comando de Paulo Roberto Costa, pagou 4 bilhões e 100 milhões; 2 bilhões e 900 milhões de reais! Isso não existe! Isso é maior que Pasadena...



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Maior que Pasadena. E aí também outra coisa. Quer dizer, a Petroquímica Triunfo ela era uma empresa avaliada em 400 milhões, sem a participação do COPE SUL. Quer dizer, ela é uma empresa de mais ou menos 800 milhões, 1 bilhão. Quer dizer, como é que repassaram a Petroquímica Triunfo, uma vez que a PETROBRAS se julgava controladora da Triunfo, acionista majoritária? Quer dizer, como é que se dá ao luxo de passar uma empresa de 1 bilhão por 117 milhões? Quer dizer, que diferença essa que o meu concorrente, mesmo que tenha uma produção maior que eu, mas tem um endividamento maior que eu também, porque eu não tenho endividamento... Quer dizer, como é que a dele vale 1 bilhão e a minha não vale?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Na realidade, isso aí eu quero dizer ao senhor que acho que essa é a luta judicial do senhor. Eu até entendo essa revolta do senhor. Acho, na minha avaliação, que o senhor estava fora dessa história política aí, de corrupção, está provado pela Operação Lava-Jato. Nós estamos investigando aqui. Acho que aconteceu com o senhor fruto desse caminho aí de, enfim, não ter se acertado como os outros se acertaram.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Deputado,...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas esse é um assunto... Eu tenho que respeitar o tempo dos colegas aqui. Eu quero dizer...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É rapidinho, só para eu...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - ... ao senhor que eu acho que essa luta é uma luta do senhor, entendeu? Eu até concordo com o Relator que esse caso é um caso do senhor. Eu não estou aqui para avaliar esse assunto.

O que eu quero perguntar ao senhor é o seguinte: existe também uma denúncia que, ao mesmo tempo em que o Grupo Suzano vendeu... recebeu 4 bilhões e 100, quer dizer, recebeu um pouco menos, porque tinha uma dívida de 1 bilhão e tal que a PETROBRAS assumiu e tal, mas o valor da operação foi 4 bilhões e 100. O Grupo Suzano também recebeu um aporte...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - De 1 bilhão...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** -... de 1 bilhão...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** -... do BNDES.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Para quê?



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Na área de celulose. Recebeu na área de celulose.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Para tocar um outro projeto do Grupo Suzano?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Foi uma operação mais ou menos casada?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso. Eu acho que sim. Quer dizer, o Grupo Suzano... Eu não tenho nada a ver com o Grupo Suzano. Quer dizer, o Grupo Suzano acho que fez um ótimo negócio. Quer dizer, o que...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu discordo do senhor.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** -... o que me estranha é a PETROBRAS...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu discordo do senhor. Ele teria feito um ótimo negócio se fosse entre empresas privadas. Se eu sou dono disso aqui, isso custa 10 reais e o Deputado Imbassahy é dono disso aqui, custa 10 reais, e eu quero comprar por 20, o problema é meu. O dinheiro está aqui no meu bolso, e eu paguei. Agora, se a PETROBRAS comprar por 11, não pode, porque é dinheiro público. Então, o Grupo Suzano botou no bolso dinheiro do povo brasileiro.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Bom, mas aí é responsável quem autorizou na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Quem autorizou foi o Paulo Roberto Costa.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Quer dizer, o que é que o Grupo Suzano tem? Se eu tenho um carro que vale 10 reais, vem a pessoa e te oferece 20 reais, você vende.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - A pessoa, tudo bem; a PETROBRAS não pode.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Mas aí o responsável não é o Grupo Suzano, o responsável é quem está na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas quem aceitou também é responsável, quem levou também é responsável.

Eu quero saber o seguinte do senhor...



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado, Deputado, só uma coisa. Paulo Roberto Costa, quando fez o depoimento dele, disse que na Petroquímica Triunfo, ele não sabia de nada do assunto da Triunfo. E jogou para o Conselho de Administração. Eu tenho o depoimento dele aqui. Disse que a responsabilidade do que aconteceu na Triunfo é do Conselho de Administração da PETROBRAS, da Graça Foster e do Gabrielli. Está no depoimento dele.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele fala isso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está no depoimento dele.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor diz que, na mesma época dessa operação, Paulo Roberto Costa recebeu 23 milhões de dólares de propina num banco da Suíça. O pagamento foi feito pela Odebrecht. Ele disse isso, o Paulo Roberto.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Foi o Paulo Roberto que disse, e coincidiu muito,...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Que foi a mesma época dessa operação.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** -... quando viabilizou o monopólio da Petroquímica.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E o diretor responsável por isso era o Rogério Santos de Araújo, da Odebrecht, que também está preso.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso. Eu vi nos jornais.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, Sr. Presidente, primeiro, eu quero só registrar aqui, para não esquecer, que é fundamental aprovar o requerimento também da vinda do Rogério Santos de Araújo. Aliás, nós temos a vinda aqui do Grupo Suzano dos irmãos Feffer. Eles têm que explicar aqui, nesta CPI, o talento deles para conseguir dizer que na Bolsa valia 1 bilhão e 200 milhões, e eles receberam 4 bilhões e 100 milhões. Têm que ter talento. Como é que eles convenceram a PETROBRAS disso? Se foi só no talento, se o negócio era muito bom, ou se alguém ganhou alguma coisa. Se alguém ganhou, quem ganhou? Onde é que está esse dinheiro? É uma Pasadena, é mais do que uma Pasadena de corrupção na cara do povo brasileiro! Não é uma brincadeira, não! Agora, eu quero continuar só nesse raciocínio. É o seguinte: comprou por 4 bilhões e 100 milhões, aí



o grupo Quattor comprou. Já era dono também. O Quattor era UNIPAR e PETROBRAS. Compraram a Suzano e, depois disso, passaram para a Braskem. Por quanto?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Dois bi e meio é a avaliação que eu tenho do Bradesco.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, quer dizer que comprou estimadamente por 4 bilhões e 100 milhões, mais 800 milhões, dá 4 bilhões e 900 milhões. Aí a Braskem compra por 2,5 bilhões.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu tenho essa avaliação, eu tenho essa avaliação.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor tem essa avaliação?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Tenho ela aqui.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu gostaria que o senhor deixasse aqui com a gente essa avaliação.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Ela está aqui. Eu tenho vários documentos aqui. E num desses documentos está a avaliação feita pelo Bradesco de 2,5 bilhões do grupo Quattor

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É importante, Deputado Bacelar, é importante, V.Exa. que é do meu partido, entender o que aconteceu. A PETROBRAS comprou uma empresa de 1 bilhão e 200 milhões, pagou 4 bilhões e 100 milhões, já tinha gasto 800 milhões, deu 4 bilhões e 900 milhões. Noventa dias depois, entregou para a Braskem por 2,5 bilhões. Ele tem uma avaliação do Bradesco. É nisso que eu estou interessado. Onde é que está esse dinheiro? Para quem foi esse dinheiro? Quem autorizou esse negócio?

Não sei. Mas a PETROBRAS pode pagar 4 bilhões e 900 milhões e dar para a Braskem a 2,5 bilhões.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Quatro e cem.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É 4 bilhões e 100 milhões, mais 800 milhões que havia pago.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - E dá para a Braskem a 2,5 bilhões. Enfim, é uma situação.



Eu gostaria, Sr. Auro, também que o senhor nos enviasse... O senhor disse em relação à Petroquímica Triunfo que houve uma oferta vinculante de 355 milhões e, depois, a Braskem comprou essa operação por 117 milhões.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está aqui. Eu vou entregar

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu gostaria que o senhor deixasse.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está tudo aqui.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O que eu quero deixar claro aqui é que eu acho que esta CPI inaugura um novo momento em relação às petroquímicas. A gente já sabe que houve desvio de dinheiro público, que a roubalheira está em tudo quanto é lugar na PETROBRAS e, agora, na área petroquímica.

Nós temos dois assuntos. Gastou quase 5 bilhões, entregou para a Odebrecht, para a Braskem a 2,5 bilhões 90 dias depois. Gastou 355 milhões, entregou por 117 milhões. Como é que funciona um negócio desses? Então, eu acho que é nisso que a gente tem que se apegar.

Eu gostaria também Sr. Presidente — e já está aprovado requerimento de minha autoria —, que a gente pudesse marcar imediatamente a vinda aqui do Sr. Paulo Cesar Aquino, que é da área petroquímica da PETROBRAS, que participou de todo esse histórico de ações na área petroquímica da PETROBRAS. Então, eu diria que a vinda do Sr. Rogério Santos de Araújo e do Sr. Paulo Cesar Aquino, que não está preso, é mais fácil, e que a gente pudesse marcar aqui imediatamente.

Eu só quero fazer uma última pergunta ao senhor.

O senhor, com relação a essas operações, eu não sei se de fusão e aquisição, não sei, aquisições que foram feitas, qual é a avaliação e como se deu a publicidade? Como é que funcionaram na PETROBRAS esses momentos dessa compra? Qual o conhecimento que o senhor tem sobre isso? Quem avaliou esse processo? Como é que era tecnicamente isso? Ou era uma coisa de surpresa: apareceu com 4 bilhões e tal? Como é que era isso dentro da PETROBRAS? O senhor tinha conhecimento?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, não tinha conhecimento. Conhecimento que eu tenho é de uma empresa — não lembro o nome dela, mas eu posso passar depois —, uma empresa inglesa que fez uma avaliação pedida pela PETROBRAS, talvez 6 meses antes de acontecer o monopólio de toda a área petroquímica. Eles



fizeram uma avaliação de tudo. E a única que saiu com sigilo foi a da petroquímica Triunfo. Então, eu posso passar o nome dessa empresa, e a CPI a convoca.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas essa empresa fez uma avaliação do mercado?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Fez uma avaliação pedida pela PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se foi pedida pela PETROBRAS é suspeita. Deve ter sido o Paulo Roberto Costa que contratou para embasar o superfaturamento.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Ela fez uma avaliação da Triunfo. Eles me falaram, mas não quiseram me entregar, de equipamentos do prédio, sem contar com o compressor; só equipamento do prédio, não contando corporação, não contando nada disso. Falou-se em 400 milhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu quero... Sr. Presidente, aqui tem outros Deputados, e já está tarde. Eu vou me ater por aqui. Eu gostaria só, Sr. Auro, que o senhor deixasse aqui essa documentação, a avaliação do BRADESCO, essa oferta vinculante em relação à petroquímica Triunfo. Eu gostaria de saber como foi uma oferta de 355 milhões gastos pela PETROBRAS; porque, depois, a Braskem ganhou mais um presente e pagou 117 milhões. E gostaria de saber também sobre essa avaliação do Banco BRADESCO. Seria muito importante.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Essa oferta feita pela PETROBRAS foi feita em audiência de conciliação com o juiz. Ela está aqui. Então eu vou repassar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Está bom. Sr. Presidente, seria só. Eu quero agradecer ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo é o Deputado Bruno Covas. S.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Auro, consta dos autos registros de que V.Sa. enviou denúncia à Procuradoria-Geral da República acerca de crimes e nulidades no setor petroquímico brasileiro. Nessa denúncia consta a irregularidade, a possível irregularidade na aquisição da petroquímica Suzano pela PETROBRAS. Eu gostaria



de saber: até agora, quais foram os desdobramentos dessa denúncia apresentada à Procuradoria Geral da República?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu não tenho conhecimento. Não sei qual foi. Na verdade, quando eu faço essa denúncia, faço a denúncia para demonstrar que aos meus concorrentes foram pagos bilhões e à petroquímica Triunfo foi pelo valor de nada, porque, na verdade, foi uma troca de ações e um desrespeito ao meu direito de preferência. Quer dizer, eles publicaram, chegaram a publicar, num fato relevante, que eles iriam respeitar o direito de preferência, mas não houve respeito ao direito de preferência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quando foi feito esse negócio com a PETROBRAS?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Foi em 2009, em 05.05 de 2009. Foi quando eles fizeram a assembleia e incorporaram a petroquímica Triunfo à Braskem, sem respeitar o meu direito de preferência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quem é que negociava, pela PETROBRAS, com a Suzano? Você sabe?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não sei, mas provavelmente o Paulo Roberto Costa, porque o Paulo Roberto Costa era o executivo número 1 na PETROBRAS. Quer dizer, na PETROBRAS, ele era executivo da área petroquímica, ele era o diretor da petroquímica, ele era o diretor número 1. Existiam outros diretores também, Patrick e outros diretores, e esses outros diretores estavam abaixo do Paulo Roberto Costa.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. denuncia também que o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma — à época, Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS — tinham conhecimento dessa irregularidade. É correto isso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Correto, porque eu estive com o Presidente Lula 40 dias antes de acontecer essa incorporação.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Esse encontro no dia 26 de fevereiro.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso. E também a Presidente Dilma Rousseff. Eu, dentro da PETROBRAS, porque eu circulava bastante pela PETROBRAS... Na PETROBRAS, corria à boca pequena que quem comandava tudo na PETROBRAS



era a Presidente Dilma Rousseff. Apesar de ser Presidente do Conselho de Administração, ela comandava a PETROBRAS como presidente da diretoria.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E a Refinaria Triunfo foi depois incorporada pela Braskem.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Petroquímica Triunfo. Não é refinaria, ela é petroquímica.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Desculpe-me, a petroquímica Triunfo foi, depois, incorporada pela Braskem. Houve alguma ilegalidade nessa incorporação?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Total.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Por quê?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Porque o acordo de acionistas da companhia não foi respeitado. Quer dizer, primeiro, a PETROBRAS entra na qualidade de promotora e fomentadora do desenvolvimento da companhia e promotora da iniciativa privada brasileira. Da mesma forma que está acontecendo na Braskem, deveria estar acontecendo também na petroquímica Triunfo — por quê? Porque o empresário privado, a partir do cumprimento da obrigação de fazer, ele passa a ter um direito sucessivo sobre o desenvolvimento de mercado, sobre outros direitos. Como eu falei, o COPESUL — Complexo Petroquímico do Sul, por exemplo. O COPESUL, que é a primeira geração, a partir do momento em que eu amortizei o investimento da petroquímica Triunfo, eu passo a ter o direito sobre 33% do COPESUL.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Hoje, a Triunfo é 100% Braskem.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - A Triunfo não existe mais, só existe a planta física, ela é 100% Braskem. A Triunfo também não tinha acionistas minoritários, como o Deputado Luiz Sérgio falou aqui. Não existia acionista minoritário. Ela era uma empresa de capital fechado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. já disse que esteve, no dia 26 de fevereiro de 2009, com o ex-Presidente Lula. Já disse, inclusive, que Paulo Roberto Costa estava presente à reunião. Eu gostaria de saber se havia mais alguém nesse encontro.



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Havia. José Lima, que era o Presidente da PETROQUISA — Petrobras Química S/A. E havia o Luiz Marinho, que era o Prefeito de São Bernardo do Campo. Na verdade, eu coloquei um requerimento na Prefeitura de São Bernardo para transferir a empresa de embalagens para São Bernardo do Campo. E fiz um requerimento para a Presidência da República sobre a petroquímica Triunfo. Então, o Marinho foi comigo porque ele tinha interesse, na verdade, em que eu transferisse a planta minha de transformação para São Bernardo do Campo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Foi ele que marcou a reunião?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Foi ele que marcou a reunião.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E todas as pessoas, como o Sr. Paulo Roberto Costa, foram convidadas pelo ex-Presidente Lula?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Provavelmente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Não pelo senhor?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Por mim, não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Exa. teria dito ao ex-Presidente Lula que a Justiça lhe dava razão e, por isso, sugeriu a ele que fosse feito um acordo para dividir o mercado com a empresa do Grupo Odebrecht. Isso é correto?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É correto. Porque nós, em 1992, tivemos o trânsito em julgado de uma sentença de cumprimento de acordo de acionistas em última instância. E, depois, em 1993, derrubaram a gente, depois de transitado em julgado, dizendo que a gente não pedira a execução específica do acordo de acionistas, que é a ação com que eu estou entrando agora. Na verdade, essa ação foi toda decidida favorável à gente; e aí saíram com essa, dizendo que eu não pedi a execução específica do acordo de acionista. Esperei transitar em julgado. Transitou em julgado agora em 2011, e eu entrei com a execução específica do acordo de acionistas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E o que significava essa sugestão de dividir o mercado?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Dividir o mercado... Eu acho que o mercado brasileiro, ele é um mercado aí que, no mínimo, deveria ter três, quatro ou meia dúzia de *players*. Por quê? Porque todo plano industrial de uma região está muito



vinculado à indústria petroquímica. Então, todo parque industrial de ponta entra... O Governo do Estado, este tem interesse em fazer esse crescimento, não é? Então, a coisa de ter quatro *players* de mercado é porque cada um tinha as suas empresas; e a arrecadação, pelo Estado, ela era independente. Cada Estado tinha a sua arrecadação e participava desse desenvolvimento; quer dizer, o Governador sempre estava participando do plano industrial para poder fazer o desenvolvimento da região.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. disse também que o ex-Presidente Lula afirmou — abre aspas: “*O Poder Judiciário não vale nada; o que vale são as relações entre as pessoas*” — fecha aspas. Isso é correto?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. sabia que o ex-Presidente Lula era muito próximo da empresa Odebrecht?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sabia.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Em algum momento, isso ficou claro durante a reunião?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Ficou claro depois, não é? Depois que eu saí de lá é que eu vi que isso estava claro.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Por quê?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Porque... Quer dizer, essa “relação entre as pessoas” a que o Presidente se referiu, eu pensei que eu também já estava fazendo parte, sendo amigo do Presidente Lula. Mas, na verdade, quer dizer, ficou demonstrado que o Presidente Lula, já naquela época, já vinha fomentando o desenvolvimento da Odebrecht. A Odebrecht era uma empresa que... Quando terminou o Governo Fernando Henrique Cardoso, o Dr. Ivo Soares, que era diretor da PETROBRAS, a gente tendo uma conversa, ele estava dizendo que a Odebrecht e a Braskem estavam numa situação muito delicada e muito ruim nessa época. O Grupo Odebrecht faturava 5 bilhões de reais, no final do Governo Fernando Henrique. Hoje fatura 120 bilhões.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor entende, então, que o ex-Presidente Lula estava defendendo os interesses da Odebrecht?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Entendo.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. denunciou, ainda que o Sr. Paulo Roberto Costa era o operador do ex-Presidente Lula, correto?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - De quais indícios V.Sa. dispõe para denunciar esse fato?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Porque a determinação do Presidente Lula, ela saiu nessa reunião que eu tive com ele e com o Paulo Roberto Costa. E o Paulo Roberto Costa respondeu que a determinação seria uma ordem. Foi isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. já participou de algum outro negócio que teve envolvimento do Paulo Roberto Costa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** – Participei. Participei de um processo de harmonização...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Processo de quê?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Harmonização; quer dizer, harmonizar o problema na companhia. Esse processo de harmonização... Foi nomeado um diretor chamado Patrick Fairon Horbach, e esse Patrick foi quem liderou, pela PETROBRAS, essas negociações. Essa negociação nós combinamos de dividir em duas etapas: a primeira etapa, ação de responsabilidade colocada contra Boris Gorentzvaig, contra meu pai; e, na segunda etapa, nós iríamos fazer a reforma complexa do capital da petroquímica Triunfo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. — e já estou terminando — também anunciou que a Presidente Dilma, à época Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, operava para o ex-Presidente Lula e para a Odebrecht, no sentido de concentrar o setor petroquímico no Brasil. Isso é correto?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Por tudo que aconteceu, é correto.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - De quais indícios V.Sa. dispõe para sustentar essa denúncia?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O monopólio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Próximo Sub-Relator, Deputado André Moura. S.Exa. tem até 10 minutos.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, Sub-Relatores.

Sr. Auro, o pai de V.Sa. era considerado um pioneiro da indústria petroquímica no Brasil. Conseqüentemente, a família de V.Sa. possui vasta experiência nesse ramo, o qual houve próspera atuação no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo todo o *know-how* para desenvolver novas indústrias petroquímicas. Porém, a partir do momento em que o ex-Presidente Lula assumiu o comando do País, nomeando os seus companheiros Dilma, Sérgio Gabrielli, Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco em influentes cargos na PETROBRAS, tornou-se, portanto, inviável competir com o Grupo Odebrecht, absurdamente favorecido pela gestão do ex-Presidente.

Segundo colocação de V.Sa., houve expropriação do Grupo Triunfo por parte do Governo Lula.

Na denúncia encaminhada no dia 2 de fevereiro ao Procurador-Geral da República, V.Sa. relata que, após a reunião que teve com o ex-Presidente Lula e o Sr. Paulo Roberto Costa, V.Sa. e os seus sócios foram expropriados — abre aspas — *“à sombra de uma operação de incorporação, na totalidade das ações da petroquímica Triunfo, as quais foram repassadas para a Braskem, empresa do Grupo Odebrecht”*.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. pode detalhar como ocorreu esse processo de expropriação de direitos em relação à petroquímica Triunfo?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Posso, muito rápido. Eles publicaram um fato relevante — que está aqui —, dizendo que eles iriam incorporar até 100% da petroquímica Triunfo à Braskem. Caso não desse certo, eles iriam inserir em capital na Braskem. Feito isso, eles... Isso foi em 2007. Quando foi em 2008, numa reunião do Conselho, só colocando... Bem, em 2009 eles publicaram — publicaram não, convocaram — uma assembleia e fizeram a incorporação da petroquímica Triunfo à Braskem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Na denúncia encaminhada ao Procurador-Geral da República, V.Sa. menciona que, no mesmo período em que a petroquímica Triunfo foi entregue à Braskem, o Sr. Paulo Roberto Costa recebeu —



abre aspas — *“US\$23 milhões de propina em bancos na Suíça. O pagamento foi feito pela Odebrecht, sendo o diretor de plantas industriais da empresa o senhor Rogério Santos de Araújo”*. O senhor confirma essa informação?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu... Está nos jornais, não é?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito. V.Sa. tem conhecimento de outras pessoas que foram beneficiadas diretamente com propina oriunda dessa negociação?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Eu queria fazer um... Quando houve essa assembleia que expropriou a petroquímica Triunfo, nós entramos em juízo, e o juiz de primeira instância... Nós estávamos sofrendo uma execução, uma reforma de capital na companhia, e o juiz de primeira instância sentenciou que, se houvesse qualquer movimento de ações na companhia, ele daria como um atentado contra a PETROBRAS. O que aconteceu? Trouxeram uma desembargadora chamada Scalzilli para julgar o processo da petroquímica Triunfo nessa Câmara onde estava preventa. E essa desembargadora, ela... Nós entramos com o pedido, tivemos sucesso na primeira instância; e, em segunda instância, ela julgou concedendo a incorporação, mas não entrando no mérito da questão. E está engavetado até hoje o processo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Está engavetado?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está engavetado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Na denúncia que...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Ah, um minutinho só!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Pois não.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O jornal *Zero Hora* — está aqui também — publicou, 8 meses depois, que o escritório Scalzilli Advogados ganhou mais um contrato da Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Coincidência, não é?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está aqui.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Na denúncia que V.Sa. encaminhou ao Procurador-Geral da República, consta a seguinte informação — abre aspas: *“Durante anos fomos convidados a fazer parte de um esquema criminoso que funcionava na PETROBRAS. Acionistas das empresas recebiam, inclusive, os*



*dividendos em pagamentos por fora. Por rechaçar a oferta ilegal, fomos sistematicamente atacados pela presidência da Petrobras, através de José Sérgio Gabrielli de Azevedo, pelo diretor Paulo Roberto Costa, pelo Conselho de Administração, sob o comando de Dilma Vana Rousseff. Todos faziam questão de ressaltar que tinham costas quentes: o então presidente Lula” — fecha aspas.*

V.Sa. pode, portanto, descrever como e quem executava os convites para integrar o esquema criminoso? E V.Sa. pode também detalhar quais eram os ataques realizados por Sérgio Gabrielli, Paulo Roberto e Dilma Rousseff.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Bem, uma vez o Marcelo Sereno foi na casa do meu pai — numa época que, acho, foi perto de réveillon — fazer uma oferta ridícula de 100 milhões para o meu pai vender a participação dele. E o meu pai muito doente. Eu botei esse Marcelo Sereno para fora da casa do meu pai. E uma pessoa que foi na PETROBRAS ver esse problema nosso lá na PETROBRAS com o José Sérgio Gabrielli, ele voltou com uma resposta do Gabrielli sobre o processo de harmonização: o Gabrielli dizendo que queria ver a minha família embaixo da ponte. E nós estamos numa condição muito difícil, quer dizer, a minha família hoje... Eu estou com o irmão preso por falta de pagamento de pensão, o Caio. E eu estou com a minha filha... Os meus filhos todos não estão estudando já faz 2 anos, tudo devido a esse problema. Você imagine o seguinte: se você foi líder dessa indústria plástica no País, hoje... Eu tinha uma empresa. Eu comprei *know-how* e tecnologia da Bischof und Klein, que é a maior empresa da Alemanha, que é empresa de embalagens. Na empresa de embalagens é onde a gente conhece a aplicação da tecnologia da indústria petroquímica. A gente não conhece a tecnologia no grão; a gente conhece a tecnologia na aplicação. Então, sempre a gente estava muito à frente da própria PETROBRAS nas informações. Quando a gente ia definir uma tecnologia, para uma eventual expansão da companhia, quando a gente falava em metaloceno, a PETROBRAS nem sabia o que era metaloceno. A Dow, quando se interessou em entrar na petroquímica Triunfo, nós fizemos um memorando de entendimentos com a Dow, porque a Dow tinha a melhor tecnologia do mundo à base de metaloceno; e, aí, a Dow pediu 30 milhões de dólares para vender essa tecnologia, um preço absurdo! Nós resolvemos pagar os 30 milhões de dólares, chegamos a contratar, a fazer o memorando de entendimentos. Quando o pessoal



da Dow daqui do Brasil levou para a Dow americana, a Dow americana falou que não ia cumprir. Foi aí que deu problema de atrito na companhia.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito.

Na denúncia que V.Sa. encaminhou ao Procurador-Geral da República, consta a seguinte informação: *“Dilma Rousseff — e V.Sa. já colocou isso também aí —, ex-Secretária de Energia do Rio Grande do Sul, na gestão do petista Olívio Dutra, iniciou o assédio à nossa empresa, já naquele período. Já na condição de Conselheira da PETROBRAS e Ministra do Governo Lula, a agora Presidente reeleita Dilma Rousseff deixou claro, em várias ocasiões, que seguia ordens do então Presidente da República para concentrar o monopólio do sistema petroquímico brasileiro nas mãos da Odebrecht, beneficiando o Estado da Bahia na arrecadação de impostos.”*

V.Sa. pode descrever de que forma a Presidente Dilma exercia esse assédio?  
V.Sa. possui provas que possam atestar essa pressão?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. É que, como eu circulava dentro da PETROBRAS, e a gente tinha, no Conselho de Administração... A gente conversava bastante com o pessoal da PETROBRAS, e o Dr. Ivo Soares, que parece que já não é mais vivo, foi a pessoa que me falou para a gente ficar muito esperto, porque o rolo compressor ia passar por cima da gente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito.

V.Sa. pode declinar os nomes das pessoas dos grupos Suzano, Ipiranga, UNIPAR e Odebrecht que participaram e se beneficiaram das ilegalidades do negócio envolvendo a petroquímica Triunfo?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Olha, provavelmente, os acionistas, não é? No grupo Ipiranga eram cinco famílias. No grupo Suzano, é o Feffer e... Qual é o outro grupo?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - UNIPAR.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O UNIPAR. UNIPAR é da família Geyer, não é?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E a Odebrecht?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Odebrecht é do Braskem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k.



Além do senhor, do Sérgio Gabrielli e do Paulo Roberto Costa, outros funcionários da PETROBRAS foram envolvidos?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Bastante gente tinha conhecimento, não é? O pessoal que estava no conselho de administração da PETROBRAS e o pessoal que estava na petroquímica tinha conhecimento de tudo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Quem afirmou que vossa família iria dormir debaixo da ponte?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Ah... Marcos Guerra é uma pessoa que trabalha com os produtos da PETROBRAS e foi à PETROBRAS conversar com o Gabrielli sobre o nosso assunto, e o Gabrielli mandou esse recado para a gente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito.

Após a denúncia ter sido encaminhada ao Procurador-Geral da República, V.Sa. ou alguém da sua família recebeu manifestação de apoio ou retaliação de autoridades brasileiras?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Eu fui ameaçado, mas por intermédio de terceiros. Um jornalista me ligou e falou que recebeu um *e-mail* lá. Mas...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. sabe mensurar o grau de amizade entre o Sr. Emílio Odebrecht e o ex-Presidente Lula?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está nos jornais.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Está nos jornais...

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito, em razão do adiantado da hora e em respeito aos demais Parlamentares que aqui estão. Mas, Sr. Auro, aqui, durante o depoimento de V.Sa., ficou muito claro, pelo que V.Sa. colocou, esse esquema de corrupção, esse esquema de expropriação entre a Odebrecht, a Suzano, o Sr. Paulo Roberto Costa e o ex-Presidente Lula, tudo colocado de forma muito clara por V.Sa.

Se apresentado, V.Sa. teria condições de participar de uma acareação, por exemplo, com o Paulo Roberto Costa, a Odebrecht, a Suzano e os seus representantes?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu não tenho problema nenhum em participar. A única coisa que eu quero dizer é que tudo isso chegou ao meu conhecimento pelos jornais, por tudo o que a gente está vendo aí — entendeu?



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas V.Sa. não teria problema nenhum em participar de uma acareação com a Suzano e com a Odebrecht?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, não tem problema nenhum. Eu sou uma pessoa tranquila.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, quero só complementar, Deputado. Já apresentei os requerimentos para acareação e eu espero também que seja... Estava no extrapauta, mas acabou não tendo... Não pudemos apreciar o extrapauta para fazer essa acareação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O Sr. Paulo Roberto, a Odebrecht, a Suzano e o senhor...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Não. São diferentes acareações, mas para tratar do mesmo assunto com o Sr. Auro. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito. Então, já fez.

Quero aqui declarar o meu total apoio e pedir ao Presidente que coloque o mais rápido possível na pauta para que a gente possa apreciar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado, eu quero dizer para o senhor o seguinte. Nós trabalhamos durante 50 anos, fizemos 50 anos, agora, de trabalho para desenvolver todo esse parque industrial para o País, porque nós estamos presentes desde o primeiro momento. Então, eu realmente não posso admitir que eu seja expropriado da noite para o dia e que tudo o que a gente trabalhou... Quer dizer...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sem condições, inclusive, de pagar pensão alimentícia do irmão e de os filhos até estudarem.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Pagar nada! Sem condição de pagar nada! A situação é delicadíssima!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não temos mais sub-Relatores.

Vamos passar a palavra para a autora do requerimento, Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 5 minutos.



Eu quero só lembrar que o Sr. Auro Gorentzvaig tem um voo às 20h30min, o último voo do dia de hoje. Não há mais como a gente prorrogar... Ele tem que sair daqui, no máximo, até às 19h40min. E são quase 19 horas. Então, nós vamos cumprir religiosamente, rigorosamente, o tempo.

V.Sa. tem até 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, então, considerando o tempo — todos nós também temos voo daqui a pouquinho; eu, inclusive —, quero fazer algumas perguntas. Sr. Auro, eu queria que o senhor as anotasse para me responder de uma só vez, para a gente poder ganhar tempo.

A pergunta inicial que eu faço para o senhor é a seguinte: diante de tudo o que nós ouvimos, dos relatos que o senhor reafirma nesta CPI e do que a gente também já sabia através dos meios de comunicação, o senhor acha que o ex-Presidente Lula tem muito a temer com uma possível delação do Sr. Marcelo Odebrecht, algo que realmente está em curso, que poderá ser efetivado? Essa é a minha primeira pergunta ao senhor.

A segunda pergunta. Quando a gente vê toda essa movimentação... Eu me lembrava de quando o nosso Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, fazia esse detalhamento da operação que envolveu a Suzano, investimento de 4 bilhões e 900 milhões, e, depois, venda por 2 bilhões e mais alguma coisa, no seu caso inverso, uma avaliação de 400 milhões e venda por cento e poucos milhões de reais. Eu me lembrava de uma operação semelhante que aconteceu em relação ao apartamento do cunhado Vaccari e também da cunhada do Vaccari, também envolvendo a Odebrecht, comprando por 200 mil e vendendo por 400 mil. Quer dizer, parece que a coisa é muito produtiva quando se refere à questão da Odebrecht.

Nesse ponto específico que envolve, em todas essas negociações, a formação da Braskem — o senhor, inclusive, chegou a fazer um pedido à Polícia Federal para que investigasse a criação da Braskem, da sociedade —, eu pergunto ao senhor: por que esse pedido? onde estariam especificamente as irregularidades na formação dessa sociedade? É a segunda pergunta que eu faço ao senhor.

A terceira pergunta é referente a uma palavra sua quando o senhor fala o seguinte: seria interessante começar a investigação, inclusive, com o olhar voltado para o Inquérito nº 1.114/2014. Eu queria que o senhor me falasse um pouquinho



mais o que é esse inquérito e qual a importância, na verdade, desse inquérito para o processo de investigação.

Por último, a minha pergunta é: durante tudo o que a gente ouviu, parece que fica muito claro que o senhor acabou a sua empresa. Acredito que não foi apenas o senhor que passou por uma situação dessas, mas outros acionistas também acabaram tendo prejuízos graves nos seus empreendimentos. Isso se deu por quê? Será porque não participou do esquema do pagamento de propina? O senhor, em algum momento, foi interpelado pelo Sr. Paulo Roberto Costa ou por algum outro diretor da PETROBRAS a entrar num esquema de corrupção, a entrar no esquema de pagamento de propina? Teria se recusado? Isso aconteceu ou não? Por que o senhor se sente injustiçado diante da formação da Braskem e da exclusão dos seus investimentos e dos seus empreendimentos?

Seriam essas as minhas perguntas. Eu me senti muito bem contemplada com os questionamentos do Sub-Relator.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - A primeira, eu acho que sim — sobre o monopólio. A segunda pergunta... A Braskem... Qualifica abuso de poder a forma como eles fizeram o monopólio. Eu acho que se contemplam vários crimes aí. Existe o conflito de interesse, existe o abuso de poder, existe crime de lesa-pátria nesse caso, existe eliminação da concorrência, existe concorrência desleal e improbidade administrativa.

Com relação a sua terceira pergunta sobre o processo da Operação Lava-Jato, o qual a gente abriu com a petroquímica Triunfo, é que qualifica vários crimes... Quer dizer, a partir do momento em que eles não respeitam o meu direito de preferência, quer dizer, houve abuso de poder, abuso de autoridade e, como eu falei, tráfico de influência. Quer dizer, tudo isso está qualificado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A outra pergunta é referente ao fato de o senhor ter sido questionado, acionado, seja de forma direta por algum diretor da PETROBRAS ou por algum intermediário, para ser convidado a entrar no esquema de pagamento de propina.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Teve algumas vezes em que a gente recebeu algumas visitas e, por exemplo, chegaram a falar numa oferta de 300 milhões, e não foi aceita por nós, de uma pessoa, um lobista. Também teve esse negócio do



Marcelo Sereno, que foi à casa do meu pai. O próprio Paulo Roberto Costa... Quer dizer, ele é uma pessoa que... O Paulo Roberto Costa... Eu não tive nada com o Paulo Roberto Costa. A única coisa que eu tinha com o Paulo Roberto Costa eram as visitas nesse processo de harmonização presidido por ele e autorizado por ele.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E esse valor de 300 milhões seria uma oferta, não é isso? Não seria de propina, mas em relação à comercialização do seu... da parte da Triunfo?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eles vieram falar em oferta. Mas nunca houve oferta por escrito. Nunca houve nada, até porque a gente rechaçou. A gente não quis vender por 300 milhões.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas eles deixavam claro que esses valores se referiam também a possível pagamento de propina. E entrando nesse...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. O que uma vez foi ofertado foi o seguinte: quiseram comprar a empresa para fazer uma operação de *swap* lá fora. Nesse negócio tinha a participação desse meu tio Salomão. Foi o advogado dele... Existe uma gravação que foi feita em que ele fala que, para a gente vender a petroquímica Triunfo por um valor de... Não me lembro de quanto. Ele ia passar esse valor para essa empresa, fazendo uma operação lá fora.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Lá fora onde? Em qual país? Chegaram a citar?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, não citaram.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Chegaram a dar percentuais do que isso ia significar em relação a esse pagamento de propina?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Comigo, não. Com o meu irmão mais novo, sim. Ele gravou essa conversa. Ele tem essa conversa gravada. Inclusive, essa conversa está no Youtube. Eu acho que um dos meus irmãos a colocou lá.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Chega a haver percentuais esse valor de propina? Esse interlocutor foi direcionado pelo Paulo Roberto Costa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Eu não entrava nessa. Quer dizer, comigo esse tipo de discussão não existia.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas, em relação ao seu irmão, esse interlocutor veio enviado pelo Paulo Roberto Costa?



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Veio, enviado pelo Gabrielli.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Pelo Sérgio Gabrielli?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Você lembra o nome do interlocutor?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Lembro. É Maurício Gugelmin. Depois eu posso te passar... Ou Maurício Gregorin.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Maurício Gregorin?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu acho que as informações de V.Sa. justificam o clima que se formou no início da CPI.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, V.Exa. é o próximo inscrito e tem até 3 minutos. Em seguida, falarão o Deputado Leo de Brito e o Deputado João Carlos Bacelar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, vou pedir a V.Exa. que adicione aos 3 minutos o tempo de Liderança. Vou tentar terminar antes, mas gostaria de falar também pela Liderança.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, com todo respeito ao Deputado Izalci — até porque tenho um voo agora —, eu havia me inscrito e pedido, anteriormente, inclusive para abdicar de minha fala para poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer o tempo de Líder ou de inscrito?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Os dois, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, V.Exa. pode ceder esse tempo ao Deputado João Bacelar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Posso, desde que V.Exa. garanta minha fala, pois quero falar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. tem o tempo de 3 minutos, para falar como membro, e até 6 minutos, pela Liderança.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Auro, o pai do senhor, Sr. Boris Gorentzvaig, um grande empreendedor, pioneiro da indústria petroquímica no Brasil, era um famoso e antigo litigante contra a PETROBRAS. Há mais de 30 anos, desde novembro de 1985, ele entrou com uma primeira ação contra a PETROBRAS, alegando falsamente que detinha o controle da petroquímica Triunfo, sem fazer nenhum aumento de capital na referida empresa. Isso é verdade?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Primeiro, eu quero dizer o seguinte: o acordo de acionistas... Mesmo eu estando em uma situação minoritária na companhia eu sou controlador. O controle da companhia é do acionista privado nacional, não é da PETROBRAS. A PETROBRAS entra como promotora da iniciativa privada, ela está qualificada como promotora da iniciativa privada. Então, eu falo a V.Exa. com muita tranquilidade que tínhamos uma posição de 28,84% e chegamos, em 1988, a depositar o controle da companhia, pedido pelo Poder Judiciário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor não está pegando uma carona na crise atual, Sr. Auro?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Na crise de quê?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Da atual crise que o País está vivendo no setor petroquímico, no setor de óleo e gás.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu quero te falar um negócio: o problema da crise é um problema para quem enxerga muito o valor econômico, pois a gente sempre tem como sair dessas crises. A gente via muito assim na petroquímica Triunfo. E sempre a gente teve formas de sair e formas sadias de manter a empresa ganhando dinheiro. Nunca tivemos prejuízo. De 1989 a 2009, nunca tivemos prejuízo. E quero dizer o seguinte também: a empresa tinha um banco dentro dela, porque tínhamos o poder de veto. Apesar de a PETROBRAS querer distribuir os dividendos, nós só deixávamos distribuir 25%. Quer dizer, isso é uma demonstração de controle. Então, se eu tenho o poder de veto, quer dizer, eu veto as matérias que são do meu interesse.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor disse que houve uma oferta da Petroplastic para a compra da Petroquímica Triunfo. O senhor falou isso aqui, não falou?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Houve um depósito. Já houve oferta também.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas consta aqui que a Petroplastic, em 27 de junho de 2008, protocolou uma ação junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre, informando estar impossibilitada de pagar a quantia solicitada, de 355 milhões, em face do volume de investimento necessário. Isso é verídico?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não existe isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Não existe essa ação?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. A ação de 355 milhões foi feita em uma audiência de conciliação — e estou entregando aqui a ata da audiência de conciliação —, presidida pelo Juiz daquela Vara em Porto Alegre. E quem foi junto comigo e que bateu o cheque lá foi a Planner. O que aconteceu? Nós pedimos um *due diligence*, nós pedimos uma...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Uma avaliação...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Nós pedimos uma verificação nas contas da companhia. Quem estava à frente da PETROBRAS, defendendo a PETROBRAS, era o Prof. Ovídio Batista, emérito processualista do Rio Grande do Sul. De forma surpreendente, no dia em que fomos à audiência para comprar a empresa, eles fizeram uma proposta vinculante. Existe aqui — e pedimos um parecer no escritório de advocacia — um parecer vinculante. O que aconteceu? No dia em que fomos comprar a empresa, junto ao Juiz apareceu uma advogada sindicalista, de nome Andréia Damiani, que chegou lá e falou o seguinte: a PETROBRAS mudou a estratégia e resolveu não vender mais, porque o *due diligence* iria embolar o meio-campo. Foi assim mesmo que ela falou, e isso está aqui no despacho do Juiz.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Porque chega ao nosso conhecimento, Sr. Auro, que a Petroplastic jamais fez chegar à Petroquisa, por meio inidôneo, direto ou de alguma contraproposta ou análise feita... No dia 30.09.2008, expirou o prazo dado à Petroplastic para que esse último pagamento dos 350 milhões, no contexto de uma ampla transação extrajudicial.



Note que o prazo para a aceitação da proposta já havia encerrado no dia 26 de julho de 2008.

Além do mais, o que chegou ao conhecimento da Petroquisa, depois de expirado o prazo de pagamento, era da realização pela Planner, em *due diligence*, para que então fosse feita nova proposta pela Petroplastic. Ou seja, se a Petroplastic pedia para avaliar a empresa é porque não concordava com o valor de 355 milhões — a proposta?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não é verdade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Não é verdade?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não é verdade, e está aqui o despacho do juiz que reporta tudo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor fez um juramento aqui antes de chegar.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu fiz um juramento, e está aqui o despacho do juiz, Deputado. Está aqui.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - A Petroquisa, para solução de todos os conflitos existentes, não se referia somente ao valor do preço de controle da empresa; incluía a extinção de todos os processos em curso, e a ampla quitação de todos os pleitos pela Petroplastic.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Verdade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É verdade?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Consta aqui, Sr. Auro, que nos 14 meses em que o pai do senhor esteve à frente da empresa, o Sr. Gorentzvaig, e os diretores Sr. Ricardo Ferreira Araújo e Wlamir Moons Escábio, parceiro do Sr. Boris Gorentzvaig...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Diretores.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Diretores, não é? Eles, da gestão da Triunfo, foram acusados de cometer uma série de desmandos administrativos, que resultaram em prejuízos à companhia e de mais acionistas. Isso é verdade?



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, não é verdade. Como eu falei, a companhia deu um lucro superior da administração passada em 112%. Imputaram no meu pai toda essa parte que eu falei. O prédio administrativo, que foi feito dentro da petroquímica Triunfo, imputaram esse prédio para o meu pai pagar, e a gente acabou pagando. Quer dizer, imputaram outras coisas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É, mas essas irregularidades que eu acabei de citar aqui foram identificadas por uma consultoria feita pela empresa — no caso, a Cooper & Lybrand e Biedermann Bordasch.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, é mentira tudo isso, porque existia uma administração judicial...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Por uma auditoria interna, inclusive.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O senhor imagine o seguinte. Quer dizer, meu pai estava como administrador judicial no negócio. O senhor sabe o seguinte? Eu vou falar uma coisa, Deputado: a Dow Química entrou na companhia para fazer uma transferência de tecnologia. A nossa ideia não era botar a Dow como sócia, porque a Dow é um leão, a Dow gosta de engolir os pequenos. Mas, quando a Dow assinou esse contrato com a gente, de 30 milhões de dólares, para fazer a transferência da tecnologia, a matriz da Dow nos Estados Unidos deu uma bronca na Dow brasileira e disse que não ia cumprir o acordo. E, aí, foi que começaram essas brigas, e aí veio esse negócio... Cooper & Lybrand, tudo isso aí, veio bem depois.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor conhece essa empresa: Indiana Participações e Representações?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Que empresa é essa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É a empresa de imóveis da família. Empresa que tem três imóveis da família.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - No acordo de acionista, permitia-se que a petroquímica Triunfo pagasse despesas dessa empresa?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - No acordo de acionistas?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É.



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - O acordo de acionistas faz a distribuição de dividendos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas para pagar despesas pessoais da sua empresa?! Uma empresa familiar, uma *holding*, ou uma patrimonial, pelo que o senhor está me falando.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Depende, se ele usou o galpão nosso para estocar produto, ele pagou.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É, consta aqui que foram pagas diversas...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eles usaram o galpão. Eles não tinham onde estocar produto. E, como a gente tinha um galpão, eles alugaram o galpão e estocavam produtos lá.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Agora, como baiano, Sr. Auro, e com muito orgulho das empresas baianas...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu quero te dizer o seguinte...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu sou baiano.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu fui criado na Bahia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu sei. O pai do senhor é baiano, não é?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Inclusive, o senhor foi criado...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Fui criado lá.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - ... lá no centro de Salvador.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - No Pelourinho.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - No Pelourinho.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Nazaré.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Nazaré. Eu sei exatamente onde o senhor morou. Eu sou baiano, e sei do que o senhor está falando.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Gosto muito da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Peço-lhe que conclua, Deputado.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Vou concluir. Mas nós temos orgulho das empresas baianas, e o senhor citou várias, e várias vezes aqui o nome da Odebrecht. Por que o senhor fala tanto da Odebrecht? O senhor tem algum ciúme dela?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor tem algum desprezo pela Odebrecht?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - A Odebrecht cometeu algum crime contra o senhor, contra a família do senhor?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, a Odebrecht sempre foi...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - E a Braskem, cuja sede é na Bahia. Então, ou seja, isso deixa o Deputado Antonio Imbassahy, um baiano também, e outros mais aqui que têm laços com a Bahia um pouco intrigados.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Olha, eu...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Se o senhor pudesse ser um pouco mais claro em relação a isso. Eu só acho que fecharia aqui as minhas perguntas. Por que o senhor fala tanto da Odebrecht, o senhor tanto critica a Odebrecht? Essa empresa é um orgulho do Brasil, orgulho dos baianos.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Porque nós fomos perseguidos pela família Odebrecht, e muito, vou dizer ao senhor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eles são pessoas tão simples, são pessoas tão...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Muito! Fui perseguido, e muito, por eles. Fui muito perseguido por eles.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas o senhor prova de que maneira isso? Como é que o senhor pode provar isso?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Ué, como é que eu vou provar isso aqui? Com a expropriação da Petroquímica Triunfo. O...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O que isso tem com... O que se comenta no mercado petroquímico — eu digo isso como engenheiro agora também, como o Deputado Antonio Imbassahy também é engenheiro — é que o



senhor usou de muitos instrumentos para poder vender algumas facilidades a essas empresas.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não é verdade. Eu vou dizer ao senhor...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Usando, inclusive, muitas vezes a mídia de uma forma arbitrária, usando a mídia, usando as redes sociais, para poder tentar vender facilidades a grandes empresas brasileiras.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Olhe, quando eles expropriaram a nossa Companhia, a primeira coisa que...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Isso é muito grave, ouviu, Sr. Auro?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - ...a primeira coisa que eles colocaram no jornal foi o seguinte: "*O triunfo da Braskem*", falado pelo Marcelo Odebrecht. Quer dizer... O triunfo da Braskem? Quer dizer, o cara... Não foi só uma vez, foram várias vezes. O senhor acha que é o quê? Eu trabalho 50 anos e sou expropriado da minha Companhia, e a Odebrecht é beneficiada com...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Nós já ouvimos aqui, Sr. Auro, de diversas famílias centenárias, principalmente de São Paulo, que se não profissionalizou a empresa. E, quando não se profissionaliza a empresa, a segunda e a terceira geração dão continuidade à primeira geração, herdam isso.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Doutor... Desculpe. Deputado, a Petroquímica Triunfo era a empresa que tinha o melhor corpo técnico do País, a melhor corporação do País. Ela foi premiada nos *Maiores e Melhores*, na revista da Abril. O senhor pegue aí, o senhor pegue a classificação: de 1989 a 2009 nós fomos considerados a melhor empresa petroquímica do País. O senhor sabe o que é que é de 1989 a 2009? Eu pergunto para o senhor: qual é o critério usado pelo Governo para poder prestigiar a Odebrecht com o monopólio e tirar tudo da gente, se foi a gente que foi pioneiro dessa indústria? Não se justifica o senhor dizer que a gente não tinha uma corporação. Nós tínhamos a melhor corporação do País, e foi desmanchada essa corporação pela Odebrecht.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - É porque eu sinto um pouco aí o senhor falando muito da Odebrecht, muito do Grupo Suzano, então...



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, do Suzano não, eu não falo muito do Grupo Suzano, não. O senhor está enganado. O Grupo Suzano, como eu disse para o Deputado ali, acho que o Grupo Suzano não tem culpa nenhuma. O Grupo Suzano tem um carro que vale 2 bi; se oferecem 4 bi, ele vende! Eu não venderia. Por que é que eu não venderia? Porque eu venho desse setor. Eu vivi a minha vida dentro dos laboratórios...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Então, o senhor afirma que o Grupo Suzano não teve culpa, não houve uma venda camuflada, não houve um superfaturamento na negociação junto à PETROBRAS?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - É lógico que eu não posso lhe afirmar nada sobre o Grupo Suzano. A única coisa que eu posso lhe dizer do Grupo Suzano é que ele fez um ótimo negócio! Se ele já tem o ramo de papel... E ele já tinha uma caída para sair da Petroquímica, tanto é que ele ofertou para a gente a Politeno da Bahia. Está aqui: por unanimidade, nós íamos comprar a Politeno da Bahia. Foi aprovado em assembleia. Aí o Governo Federal não deixou comprar, mas está aqui, está aqui nos documentos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O.k., Sr. Presidente. Muito obrigado aí pela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu vou fazer duas perguntas rápidas, depois eu falo pela Liderança.

Bem, só para continuar, com relação à...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Posso pedir um favor para o senhor? Pode fazer uma pergunta de cada vez? É que fica até melhor para mim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Está bem...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Está ótimo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - ...é porque senão depois não sobra tempo para eu falar sobre o que eu preciso falar.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não, mas eu sou rápido na...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas, de qualquer forma, a questão do projeto COMPERJ, a Braskem e o projeto COMPERJ, pergunto se V.Sa. tem conhecimento



de alguma coisa em relação a isso. E qual a opinião de V.Sa. acerca do escândalo que abateu a PETROBRAS? V.Sa. entende que o Governo tinha conhecimento desse esquema? V.Sa. não acha que era praticamente impossível não saber do que acontecia na PETROBRAS?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Olhe, eu vou... Posso responder, Deputado?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E ainda, para finalizar a pergunta, V.Sa. dispõe de alguma informação que demonstre que havia esse conhecimento por parte do Palácio do Planalto?

Eu estou perguntando isso para reforçar aquilo que já foi dito aqui, quando V.Sa. se reuniu com... na presença do Presidente Lula, quando ele afirmou... Estão entre aspas, aqui, as palavras de V.Sa.: *“Diz Lula: O Poder Judiciário não vale nada, o que vale são as relações entre as pessoas”*. O que ele quis dizer aqui? Que realmente na Justiça isso aí levar anos e anos. E o normal, como a gente percebe em todas as operações da PETROBRAS nessas três diretorias, principalmente com as empresas, é: ou faz ou não tem contrato, ou não tem aditivo. Esse era o esquema, era o tipo de ameaça.

Logo que V.Sa. responder eu quero falar, e vou concluir.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu vou dizer uma coisa para o senhor: não conheço essa PETROBRAS que está aí. A PETROBRAS que eu conheci era uma PETROBRAS que tinha um sistema de gestão administrativo em que era tudo controlado. Isso para mim é a coisa mais absurda que eu estou vendo na minha vida. Eu queria que o meu pai estivesse vivo para ver isso. A PETROBRAS era uma empresa espetacular! Não sei, não sei o que aconteceu, não sei lhe explicar o que aconteceu. Eu só lhe digo o seguinte: estou muito assustado, porque a gente fala em bilhões e bilhões, e bilhões são bilhões.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, eu estou só, Sr. Presidente... Primeiro, a gente já não se surpreende com mais nada, porque tudo nesse Governo tem corrupção envolvida, praticamente em todas as áreas. Eu tenho aqui a delação premiada de Youssef, que deixa clara realmente a questão da PETROBRAS e da Braskem. Havia, sim, pagamento de em torno de 5 milhões de dólares de propina, dos quais 30% iam para Paulo Roberto Costa e 70% para o PP, de acordo com a delação premiada de Youssef, no Termo de Delação nº 16.



E aí é interessante como o Governo faz. Sempre tem um mote que é importantíssimo: Mais Médicos, FIES, PRONATEC, defesa do produto nacional; aí, nessa defesa do produto nacional, o preço lá fora é muito inferior, mas muito inferior, mas para o discurso do produto nacional... Que é importante. Eu defendo a proteção do mercado interno do produto nacional. Agora, não se pode utilizar desse mote para assaltar a PETROBRAS, e é o que também estava acontecendo. Essa propina é produto disso, das compras, que foram inclusive intermediadas pelo Sr. Alexandrino Alencar, exatamente. E, por incrível que pareça, essa propina era paga no exterior através de Nelma Kodama, com quem nós conversamos no Paraná, e através de Leonardo Meirelles, que fez mais de 4 mil operações de importação e exportação de milhões e milhões de dólares, no exterior, e... Isso está aqui.

Ontem, na CMO, eu tentava restabelecer o texto que nós aprovamos na LDO para contratar 615 funcionários do Banco Central, porque o Banco Central não fiscaliza ninguém. Essas operações do Banco do Brasil aqui, que foram feitas com as corretoras, foram feitas com a participação de gerentes do Banco do Brasil, e quando perguntei aqui ao Presidente do Banco Central o que é que ele podia dizer sobre isso, ele disse: *“Não, os bancos precisam conhecer os seus clientes”*. Ora, quem fiscaliza o sistema financeiro teria que ser o Banco Central! Ele deixou por conta dos fiscalizados.

Então, é incrível como, a cada passo que a gente dá aqui, as coisas vão-se clareando, porque, lá em Curitiba também, o seu Deputado que foi preso, do PP, que está preso, Pedro Corrêa, disse claramente que quem indicou Paulo Roberto Costa — e V.Sa. está confirmando isso aqui agora, que ele era muito realmente ligado a Luiz Inácio Lula da Silva —, quem indicou e depois comunicou à Liderança do PP a colocação na PETROBRAS, a nomeação na PETROBRAS de Paulo Roberto Costa foi Luiz Inácio Lula da Silva. Então, esse é o esquema.

E aí realmente ficam todos desesperados aqui. Por isso é que o ex-Presidente convocou a bancada toda, do Senado e da Câmara, chamando a atenção, perguntando por que é que estava acontecendo isso na CPI, tentando manipular aqui os trabalhos com relação a isso. Mas quero dizer que V.Sa. contribuiu, sim, e eu tenho certeza de que também já está na Operação Lava-Jato



essa operação que foi feita. Já foi, já está sendo apurado tudo isso, e eu espero que seja ressarcido esse prejuízo que a empresa de V.Sa., do pai de V.Sa. teve.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Deputado, eu vou dizer uma coisa para o senhor: eu acredito na volta. Não em dinheiro. Eu vou voltar para o setor. O senhor vai... Eu quero que o senhor leia a ação que foi feita, está bem? Quem, na verdade, produziu essa ação foi o Prof. Flávio Yarshell. Eu não sei se sabem quem é o Prof. Flávio Yarshell, mas ele hoje é o titular da cadeira de Direito de Processo Civil da São Francisco, no lugar do Prof. Cândido Dinamarco. O senhor vai ver a minha ação, e aí o senhor vai ver os meus direitos, e vai entender o porquê da minha revolta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Leo de Brito tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Peço que se agregue o tempo de Liderança, Presidente, por favor. Sim?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não usei todo o tempo para deixar para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Muito obrigado, Deputado Izalci.

Bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, saudando a todos aqui, inicialmente vou falar sobre... Não vou fazer nenhuma pergunta, inclusive porque eu acho que a coisa mais importante, o que dá para aproveitar do depoimento do Sr. Auro Gorentzvaig é a aula que ele deu aqui a respeito do setor petroquímico, porque, no mais, não vejo credibilidade nenhuma naquilo que foi dito aqui. Sinto muito, eu tenho que afirmar isso aqui.

E queria dialogar inicialmente com a fala de quem me antecedeu a respeito da defesa do produto nacional. Quero dizer, Deputado, que o discurso é um, mas a prática é outra. E neste momento estão querendo acabar com o regime de partilha, projeto de José Serra no Senado. Neste momento os senhores estão querendo inclusive acabar com o financiamento do Plano Nacional de Educação, que vai ser tão importante para a educação do nosso País.

Quero dizer que Paulo Roberto Costa fez uma delação premiada, e na delação premiada dele, teoricamente, ele disse que tudo que deveria dizer. Era isso que o Juiz Sérgio Moro queria. E, na delação premiada, em nenhum momento ele se



reporta a qualquer responsabilidade do Presidente Lula e de qualquer Presidente da PETROBRAS.

Quero dizer aqui que, em relação ao depoimento que foi feito aqui, eu não sei se esse depoimento a gente pode denominá-lo de “divã da Petroquímica Triunfo” ou se é a revanche da Petroquímica Triunfo, porque... E aí senhor vem aqui fazer a defesa de intervenção militar, de fechamento de Congresso, mas este espaço da CPI aqui não é um espaço para chorar mágoas. Não é espaço para chorar mágoas. Eu sinto muito pela situação em que a sua empresa se encontra hoje. Eu lamento isso, eu lamento. Só tenho a lamentar sobre isso. Mas o seu discurso todo é a volta — “*Nós vamos voltar!*” —, a volta da família. Seu discurso todo está calcado nisto, nos interesses empresariais da sua empresa, que prestou um serviço muito importante no setor petroquímico, mas neste momento é uma empresa que fracassou, e aqui nós não somos divã, nós não estamos aqui para chorar as mágoas ou para nos solidarizar com os problemas da sua empresa. É uma empresa...

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado, ela não fracassou. Ela foi expropriada.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Eu estou com a palavra, por favor. Inclusive ela está cheia de irregularidades, como disse aqui o Deputado Luiz Sérgio. Eu não sei se há revanche, porque o que eu ouço aqui é uma fala militante.

Eu vi aqui esse... Eu tomei pé dessa queixa- crime aqui. A queixa-crime talvez não tenha sido levada adiante pelo Ministério Público, pela Procuradoria-Geral da República, provavelmente porque ela mais parece um panfleto de sindicato. Por quê? Porque na verdade isso de que nós estamos diante aqui, Sr. Presidente, é na verdade uma revanche. O depoente aqui, o que ele faz, em toda a sua fala, é mostrar o ódio que ele tem em relação à Presidenta Dilma, a Lula, ao Presidente Lula, a Gabrielli, ex-presidente, à Odebrecht. Por quê? Pelo fracasso, pelo que aconteceu, pelo problema que aconteceu no setor petroquímico.

E aí ele se utiliza de um conjunto de ilações, várias ilações, na base do “ouvi dizer”, de que “ouviu dizer” não sei onde; não fala aqui de recebimento de propina, não prova aquilo que diz; na verdade, é tudo na base do “ouvi dizer”, e ainda diz aqui que de tudo isso que aconteceu chegou ao conhecimento pelos jornais. Foi o que ele disse agora há pouco. Então, é um discurso militante. E vem dizer que não



tem predileção política! É só olhar os vídeos que estão na Internet. Os vídeos que estão no Youtube mostram um ódio visceral em relação ao PT! Inclusive o próprio irmão, o Sr. Caio, foi candidato em 2010 pelo Partido Popular Socialista, que é o partido aqui da Deputada Eliziane.

Então, eu acho que é importante nós fazermos as investigações; agora, quem fala, quem afirma alguma coisa aqui na CPI tem de provar o que afirma, e na base do “ouvi dizer” nós não vamos chegar a lugar algum. Então, o que eu quero dizer é isto: não dá para a gente comparar, para a gente fazer discussões, tentar achar que questões negociais que foram colocadas aqui... E aí eu acho que o senhor tem todo o direito de reclamar a respeito de questões negociais. Nós estamos diante de um mercado em que há uma competição muito grande, uma concorrência muito grande, como foi dito aqui. Agora, não dá para comparar questões negociais com questões relacionadas à corrupção.

E é nesse sentido que infelizmente o seu depoimento — e agradeço a sua presença, porque já há horas que o senhor está sendo ouvido aqui —, o seu depoimento não vem contribuir em nada, porque ele não tem verossimilhança, ele não tem correlação com a realidade. Na verdade, é um discurso de alguém que foi prejudicado, foi prejudicado ou se sente politicamente prejudicado por essa relação, e veio aqui, de fato, destilar toda uma revanche, todo um ódio relacionado às questões empresariais que a sua empresa sofreu, infelizmente.

Vamos adiante.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Deputado, de que partido o senhor é?  
(Pausa.)

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Não vou dizer, não.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Ah, o Deputado Antonio Imbassahy quer fazer questionamentos.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Agradeço ao Presidente Hugo Motta, cumprimento o Relator, Deputado Luiz Sérgio, mais uma vez, e os Srs.



Deputados, e quero apenas fazer um comentário: em meio a tantas considerações que V.Sa. fez, houve um determinado momento em que V.Sa. afirmou que teve bastante relação com o pessoal do PT. Eu gostaria de compreender melhor o significado dessa manifestação.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu tenho uma casa de eventos, que está fechada, em São Bernardo do Campo, e por essa casa de eventos que tenho lá eu acabei conhecendo o pessoal do PT, da região do ABC, não é? Então, eu conheci Marinho, eu conheci Ronan Maria Pinto, eu conheci todo esse pessoal, conheci Roberto Teixeira, conheci essa turma. Então, a relação de que eu falei, é essa a relação a que eu estava me...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - É mais uma relação de natureza pessoal?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Pessoal.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Muito bem.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - E tenho até... é o seguinte: tenho simpatia por esse pessoal. As vezes em que nós estivemos juntos, durante praticamente 5 anos, a relação foi boa. Eu não tive nenhum tipo de relação ruim. A única coisa é que eu fui surpreendido, só isso.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Surpreendido como? Não entendo.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Eu fui surpreendido, porque eu acho que se o jogo é pegar e me botar para fora, acho que não deveria ser desse jeito.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Muito bem. Outro comentário que V.Sa. fez aqui, sobre o episódio de uma visita do Sr. Marcelo Sereno à casa do seu pai, primeiro eu gostaria de saber quem era Marcelo Sereno, qual a função que ele exercia e o que é que ele foi fazer lá.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Marcelo Sereno foi lá para convencer o meu pai de vender a Petroquímica Triunfo, não é? E sentamos na sala, começamos a conversar, aí ele colocou essa oferta, e aí, na mesma hora eu disse a ele que não tinha interesse e pedi que ele se retirasse.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Mas quem era Marcelo Sereno? Ele exercia alguma função pública?



**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não sei. Marcelo Sereno é uma pessoa que eu vejo nos jornais aí, que deve ter algum vínculo dentro do PT, mas eu não tenho... Não sei nem quem é, não tenho a mínima... não tenho a mínima noção.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Como? Não, não sei, porque parece assim, foi dito assim, como se fosse uma personalidade, não é? Uma pessoa importante, porque uma pessoa que vai à residência de um empresário do porte do seu pai fazer uma oferta — está certo? —, certamente respaldada por alguma autoridade governamental, é uma pessoa que tem alguma expressão, alguma representatividade. Então... Como é que ele chegou lá, então? Como é que foi organizado esse encontro? Como é que ele chegou lá? Seu pai o recebeu. Seu pai o conhecia?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não. Ele fez o contato com Caio, que é o meu irmão mais velho, não é? E nesse contato acabaram marcando essa visita à casa do meu pai, e eu participei dessa visita, e aí... Foi isso. Quer dizer...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - E vocês acreditavam que ele estava falando em nome de quem?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Marcelo Sereno?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sim.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Estava falando em nome da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Em nome da PETROBRAS?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Estava.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - E o senhor não sabe quem é ele?

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Não sei quem é. Para mim, ele... Não sei quem é. No livro de Zé Dirceu, ele aparece lá. O senhor vai ver.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Aparece como o quê? Eu não li o livro de José Dirceu.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - *(Risos.)* Eu também não li. Eu comprei, mas não li. Eu quis ver uma coisa que estava escrita lá, de que me falaram, mas não achei. *(Risos.)* Então, eu não li.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Está bom. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais oradores inscritos, eu agradeço ao Sr. Auro Gorentzvaig a presença aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. AURO GORENTZVAIG** - Sr. Presidente, desculpe-me qualquer coisa, e eu agradeço também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Está encerrada a reunião.